



PROJETO PAISAGENS SUSTENTÁVEIS DA AMAZÔNIA - BRASIL

RELATÓRIO DE PROGRESSO TÉCNICO-FINANCEIRO

Período: julho a dezembro de 2024

Brasília-DF, junho de 2025

Elaboração e Revisão

Elaboração - Conservação Internacional Brasil

Laura Lamonica	Diretora de Soluções para o Clima
Leuzabeth Silva	Gerente de Projeto
Neila Ma. Cavalcante da Silva	Gerente de Políticas para Conservação
Cintia Segadas	Gerente de Aquisições e Contratações
Maria Eliene Cruz	Coordenadora de Monitoramento
André Lemes	Coordenador de Finanças
Italo Do Ó Ferreira	Coordenador Técnico Acre e ICMBIO
Fagner Richter	Coordenador Técnico Rondônia e ICMBIO
Renato Rodrigues	Coordenador Técnico Pará e SFB
Symone Falcão	Coordenadora Técnica Amazonas e MMA
Ana Navarrete	Coordenadora de Comunicação
Bruna Alves	Assistente de projeto

Elaboração – FUNBIO

Clarissa Scofield Pimenta	Gerente de Portfólio, Doações Nacionais e Internacionais
Fábio Ribeiro Silva	Gerente de Projetos
André Lemos	Assistente de Projetos
Bruno Eduardo Lopes	Analista de Projetos
Fernanda Estrella	Analista de Projetos
Marilene Viero	Coordenadora de Controle Financeiro de Projetos
Mayara Bernardes	Analista de Controle Financeiro de Projetos
Vitor da Silva Vieira	Assistente de Controle Financeiro de Projetos

Elaboração - Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Francisco Eduardo Torres de Sá	Gerente Geral
Giuliano Marchini Senatore	Gerente Técnico
Cleber Lima Guarany	Gerente Estratégico
Mauricio Wanderley E. da Costa	Gerente de Aquisições e Contratações
Marcus Vinicius de Oliveira Mendes	Gerente de Projeto, Monitoramento e Avaliação
Fabiola dos Santos Mendes	Coordenadora de Unidade Operativa e Salvaguardas
Jessica Sampaio Gonçalves	Coordenadora de Unidade Operativa e Salvaguardas
Yves Wanderley E. da Costa Netto	Coordenador de Compras
Tathiana Pereira Cabral	Coordenadora de Contabilidade
Sara Amaro Pais	Coordenadora de Comunicação
Ana P. Nebias	Coordenadora PMO

Pamela Moser	Coordenadora Técnica
Conrado Parreiras Horta Vieira Leal	Coordenador Administrativo-Financeiro
Leonardo José Melo Brandão	Assessor Jurídico
Andréa Cardoso Maurício Valente	Assistente de Compras

Revisão - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Rita de Cássia Guimarães Mesquita	Secretária Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO)
Carlos Eduardo Marinello	Chefe de Gabinete da SBIO
Tiago Thomasi Cruz	Chefe de Projetos do Gabinete da SBIO
Renata Carolina Gatti	Chefe de Projetos II do Depto. de Áreas Protegidas
Márcia Nogueira Franceschini	Analista Ambiental do Depto. de Áreas Protegidas
Ana Clara C. L. Ferreira de Britto	Analista Ambiental do Depto. de Áreas Protegidas
Henrique Santiago Alberto Carlos	Coordenador Técnico do Projeto
Fabiana Mauro	Coordenadora de Comunicação do Projeto
Fabiana Sousa	Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Projeto

Lista de Siglas

AAEPRI – Associação Ambiental, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati

AAVs - Agentes Ambientais Voluntários

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

AE – Agência Executora

AMARU – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari

AMECSARA – Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo

APA – Área de Proteção Ambiental

APP - Área de Preservação Permanente

ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia

ASL – *Amazon Sustainable Landscapes*, em português Paisagens Sustentáveis da Amazônia

ASMAMJ – Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica

CDRU – Concessão de Direito Real de Uso

CEA - Coordenadoria de Educação Ambiental

CFT – Comitê do Fundo de Transição

CI-Brasil – Conservação Internacional Brasil

CMEEI - Coordenação de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras

CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

COP – Comitê Operativo do Projeto

COP – Conferência das Partes

DAP – Departamento de Áreas Protegidas

DATEF - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal

DEA – Departamento de Educação Ambiental

DCM/SFB - Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento

ET – Especificação Técnica

FAUC – Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação

FGV – Fundação Getulio Vargas

FLONA – Floresta Nacional

FLOTA – Floresta Esatadual

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FT – Fundo de Transição

FTMJ – Fórum Território do Médio Juruá

FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

GEF – *Global Environment Facility*

GT – Grupo de Trabalho

IBEROMaB – Rede de Reservas da Biosfera da Iberoamérica, Caribe, Espanha e Portuga

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDEFLOR-Bio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade

IFR – *Interim Financial Report*, em português Relatório de Avanços Físico e Financeiro

IMA – *Integrated Management Areas*

MBRN – Mosaico do Baixo Rio Negro

MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MOP – Manual Operativo do Projeto

MR – Marco Referencial

MSQ – Mecanismo de Sugestão e Queixa

NGI – Núcleo de Gestão Integrada

UCP – Unidade de Coordenação de Projeto

OG – Órgão Gestor

PAEB - Plano Estadual de Biodiversidade

PARNA – Parque Nacional

PEAA - Plano Estadual Amazônia Agora

PEPI - Plano de Engajamento das Partes Interessadas

PMFSPE - Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala

PO – Planejamento Operativo

POA – Planejamento Operativo Anual

PRA – Programa de Regularização Ambiental

PRADA – Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada

PRVN – Plano de Restauração da Vegetação Nativa

RBAC – Reserva da Biosfera da Amazônia Central

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO – Reserva Biológica

Resex – Reserva Extrativista

RFID – Radio Frequency *Identification*

RL – Reserva Legal

SAF – Sistema Agroflorestal

SBIO – Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA – Secretaria de Meio Ambiente

SEMAPI – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas

SFB – Serviço Florestal Brasileiro

SICAR – Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

TC – Termo de Compromisso

TCA – Termo de Compromisso Ambiental

TdR – Termo de Referência

TI – Terra Indígena

TT – Tracking Tools

UC – Unidade de Conservação

UCP – Unidade de Coordenação do Projeto

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, em português Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UO – Unidade Operativa

Lista de Figuras

Figura 1: Governança do Projeto ASL Brasil	11
Figura 2: Mapa de Impacto Geográfico Projeto ASL Brasil	12
Figura 3: Execução semestral do Fundo de Transição do ARPA entre novembro de 2014 a dezembro de 2024	14
Figura 4: Evolução do nível de consolidação das UCs ARPA entre 2010 e 2024	15
Figura 5: Execução financeira no segundo semestre de 2024 por componente	17
Figura 6: Execução anual dos componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 de 2018 e 2024	17
Figura 7: Executado mensal por Unidade Operativa na Fase 1	26
Figura 8: Fotos da Oficina de Cestaria e Tingimento para mulheres do Médio Juruá	34
Figura 9: Assembleia da AAEPRI	37
Figura 10: Assembleia da AMARU	37
Figura 11: Participantes da 32ª reunião do Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro	38
Figura 12: Participação da SEMA-AC na COP 16 da Biodiversidade	40
Figura 13: Visita a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro durante a Missão de Supervisão e Apoio a Implementação do Projeto ASL Brasil – Mosaico do Baixo Rio Negro, Amazonas – Julho 2024.2	41
Figura 14: Missão de Supervisão do Projeto ASL realizada em dezembro de 2024	43

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1: Alcance dos indicadores do Projeto até dezembro de 2024_____	18
Tabela 1: Valores desembolsados e comprometidos por Agência Executora acumulados até 2024_____	21
Tabela 2: Execução financeira do PO 24/25 do ARPA de julho a dezembro de 2024_____	22
Tabela 3: Execução financeira do POA 4 da Fase 1 e do e dos POAs 1 e 2 da Fase 2 de julho a dezembro de 2024 e por componente em reais_____	23
Tabela 4: Execução financeira por UO e por componente de julho a dezembro de 2024 e por componente em reais_____	24
Tabela 5: Distribuição do recurso do POA por fase de execução_____	25
Tabela 6: Contrapartidas reportadas no semestre e no período acumulado_____	27
Quadro 2: Resumo de Entregas da Comunicação ARPA – FUNBIO_____	32
Quadro 3: Resumo do preenchimento de listas de verificação de salvaguardas pelas UOs_____	46
Quadro 4: Principais atividades da Fase 1 com TdR analisados para avaliação de salvaguardas_____	47

Sumário

Elaboração e Revisão	2
Lista de Siglas	4
Lista de Figuras	7
Lista de Quadros e Tabelas	8
Sumário	9
1. Apresentação	10
2. Resumo do Desempenho Acumulado do Projeto (2018 a 2024/02)	13
Componente 1	13
Componentes 2, 3 e 4	16
3. Desempenho Financeiro no Semestre (2024/02)	21
Recursos de doação do GEF	21
Contrapartida	27
4. Reporte de indicadores	29
5. Descrição do Desempenho no Semestre (2024/01)	31
Componente 1 - Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia	31
Componente 2 - Gestão Integrada da Paisagem	33
Componente 3 - Políticas Públicas para promoção da Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Vegetação Nativa	38
Componente 4 - Coordenação de Projetos, Capacitação e Cooperação Regional	40
6. Salvaguardas	46
7. Fatores Críticos que Afetaram o Desempenho do Projeto	52
8. Riscos e Oportunidades que Podem Afetar o Desempenho do Projeto	54
Componente 1 – Fase 1	54
Componentes 2, 3 e 4 – Fase 1	54
Componentes 1, 2, 3 e 4 – Fase 2	55
Comunicação integrada	56
9. Lições Aprendidas	58
10. Próximos Passos	60
Anexos	63

1. Apresentação

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil)

O Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia (ASL Brasil) é uma iniciativa do governo federal, em parceria com governos estaduais e municipais, que tem avançado na promoção da conservação e do desenvolvimento sustentável na Amazônia.

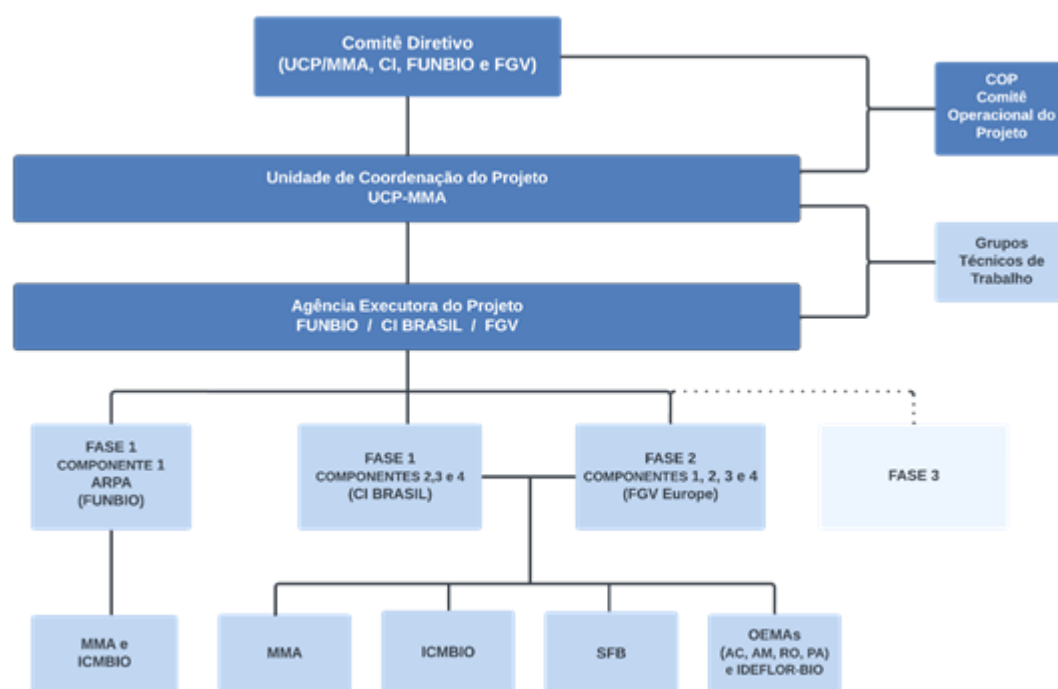
Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), por meio da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO/MMA), o Projeto é executado pela Conservação Internacional (CI-Brasil), pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e pela Fundação Getulio Vargas (FGV Europe), em parceria com órgãos federais responsáveis pela gestão de áreas protegidas — como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) —, além de órgãos estaduais e municipais de meio ambiente nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia, além de contar com coletivos territoriais.

O ASL Brasil busca criar e expandir Áreas Protegidas, fortalecer sua gestão e ampliar o financiamento, contribuindo para a conectividade entre essas áreas. Para isso, investe no Fundo de Transição do Programa ARPA, em instrumentos de gestão integrada da paisagem e no fortalecimento da governança comunitária. Além disso, apoia a restauração de áreas degradadas por meio de investimentos diretos e do fortalecimento da cadeia produtiva de recuperação da vegetação nativa. A conservação da biodiversidade é promovida por meio de iniciativas de base comunitária, enquanto cadeias produtivas sustentáveis e o turismo comunitário são incentivados para gerar renda e melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. O projeto também atua na formulação e no reforço de políticas públicas voltadas à proteção e à recuperação da vegetação, além de promover capacitação e cooperação regional.

O ASL Brasil se insere no Programa Regional ASL, implementado pelo Banco Mundial (BM) e financiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), que inclui projetos no Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname. Juntos, visam melhorar a gestão integrada da paisagem na Amazônia.

As ações do projeto ASL Brasil contribuem para 12 das 23 metas da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 21, 22 e 23.

Figura 1: Governança do Projeto ASL Brasil



Fonte: Unidade de Coordenação do Projeto

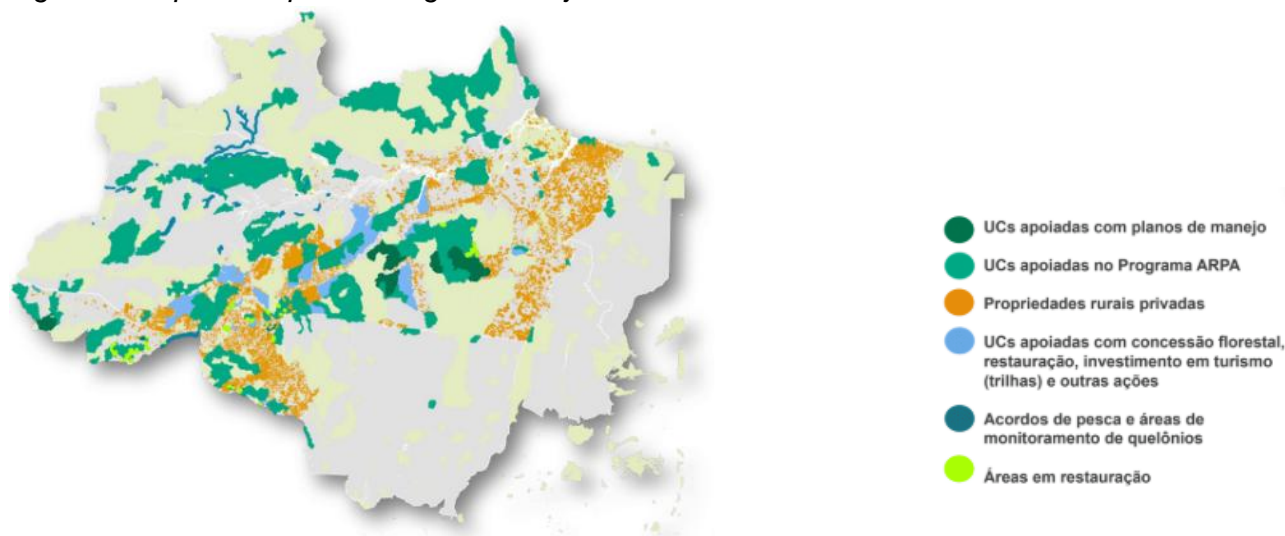
A governança do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia é organizada em diferentes níveis, com o objetivo de garantir a coordenação estratégica, a execução eficiente e o alinhamento entre as instituições envolvidas.

O Comitê Diretivo está no topo da estrutura — formado pela UCP/MMA, CI Brasil, FUNBIO e FGV Europa — e é responsável por estabelecer as diretrizes estratégicas e acompanhar o progresso do projeto. A Unidade de Coordenação do Projeto (UCP/MMA) atua na supervisão geral e na articulação entre os diversos atores. Já as Agências Executoras do Projeto (AEs) — FUNBIO, CI-Brasil e FGV — são responsáveis pela implementação das atividades, conforme as diferentes fases do projeto.

O ASL Brasil se desenvolve em três fases, com execução descentralizada por componentes¹, tendo o FUNBIO como responsável pela implementação do Componente 1 da Fase 1 — no que diz respeito às UCs atendidas pelo Programa ARPA —; e a CI-Brasil responsável pelos Componentes 2, 3 e 4. Já na Fase 2, a FGV Europe é a agência executora responsável pela implementação dos Componentes 1, 2, 3 e 4. Assim como a Fase 2, a Fase 3, prevista para iniciar em 2025, terá a FGV como agência executora.

A estrutura de governança do projeto conta ainda com instâncias complementares, como o Comitê Operacional do Projeto (COP). Este reúne a UCP/MMA, as três agências executoras e representantes das oito Unidades Operativas, com o objetivo de planejar e acompanhar a execução, além de Grupos Técnicos de Trabalho, que apoiam a implementação das ações.

Figura 2: Mapa de Impacto Geográfico Projeto ASL Brasil



Fonte: Conservação Internacional do Brasil

O mapa acima apresenta, de forma integrada, o impacto geográfico do Projeto ASL Brasil de 2018 a 2024. Estão representadas: as Unidades de Conservação (UCs) que fazem parte do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); as propriedades rurais privadas com ações de restauração e de regeneração natural da vegetação; as UCs beneficiadas com planos de manejo, com atividades de restauração, com investimento em turismo de base comunitária (como trilhas); além de acordos de pesca, áreas de monitoramento de biodiversidade e zonas de restauração florestal e concessão florestal.

Sobre o relatório:

Com base no modelo vigente de relatório, desenvolvido e aprimorado ao longo do projeto pelas Agências Executoras (AEs) e coordenação de projeto, da experiência de sistematização da UCP de relatórios anteriores, além de comentários e solicitações recebidos nas revisões de relatórios semestrais e durante as Missões de Supervisão e Apoio à Implementação, a UCP elaborou um novo modelo de relatório técnico semestral. A nova versão traz uma estrutura aprimorada para as necessidades atuais do Projeto ASL Brasil.

O novo modelo visa: encurtar tempo o de sistematização e revisão, padronizar as informações apresentadas, qualificar a organização do reporte técnico, unificar o reporte como projeto integrado, com uso, por exemplo, de tabelas unificadas — da melhor forma possível, sem perder a referência de quem e que fase reportou cada parte da informação.

Além disso, o novo modelo propõe: o monitoramento da implementação física e financeira simplificado por componente e fase e uma melhor integração das ações da comunicação integrada do projeto.

Ele traz dados de implementação do Projeto ASL Brasil, nas suas Fases 1 e 2 de julho a dezembro de 2024.

2. Resumo do Desempenho Acumulado do Projeto (2018 a 2024/02)

O componente 1 do Projeto ASL, na Fase 1, apoia o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) em sua Fase III, e tem como objetivos a criação de 3 milhões de hectares de Unidades de Conservação na Amazônia, o fortalecimento e consolidação da gestão de 60 milhões de hectares, equivalente a 120 UCs apoiadas pelo ARPA e contribuição para consolidação do Fundo de Transição (FT), com o objetivo de substituir gradualmente os recursos de doação para criação e gestão de UCs por fontes permanentes até 2039. Desde 2018, o Projeto ASL contribuiu para o alcance da meta de capitalização do FT (US\$ 238 milhões), a criação de mais de 4,3 milhões de hectares de UCs e o aprimoramento ou consolidação da gestão em 102 UCs. De forma complementar, na Fase 2 do componente 1, o objetivo é realizar investimentos para aprimoramento de gestão em 2,37 milhões de hectares de UCs não apoiadas pelo ARPA. Até dezembro de 2024, onde o principal resultado até o momento foi o apoio à criação do conselho deliberativo da Resex Baixo Rio Branco.

Os componentes 2, 3 e 4 têm como objetivo promover a gestão integrada da paisagem e a recuperação e conservação da vegetação nativa, fortalecer sistemas produtivos e cadeias produtivas sustentáveis, apoiar a elaboração de políticas públicas e garantir a gestão, a colaboração institucional e a comunicação do projeto. Na Fase 1, entre os resultados estão apoio a análise do CAR de 57.904 imóveis rurais, 1.614 hectares em processo de restauração, construção de 42 viveiros com capacidade para 800 mil mudas, e a formalização de mais de 1.300 Termos de Compromisso Ambiental. Também apoiada a elaboração de planos de manejo, acordos de pesca, estudos técnicos florestais e a execução de ações de capacitação e de ecoturismo em UCs. Na Fase 2, o projeto iniciou o apoio à gestão integrada da paisagem no Mosaico do Baixo Rio Negro e no Território do Médio Juruá, ambos parte da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (RBAC) e dos Sítios Ramsar Rio Negro e Juruá, com ações como reuniões de governança territorial e de organizações locais, conservação de quelônios e apoio a cadeias produtivas.

Componente 1

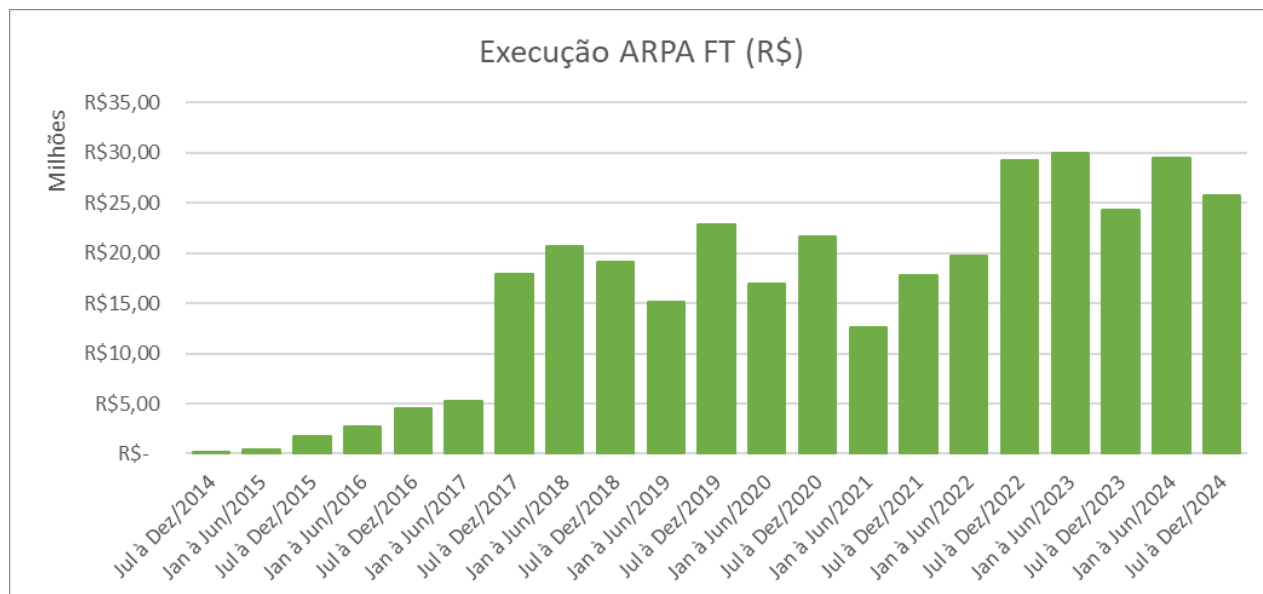
Fase 1

O componente 1 da Fase 1 apoia a implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA, que é um programa do Governo Federal, lançado em 2002, é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e atualmente se encontra em sua Fase III. Esta fase é caracterizada por uma estratégia financeira que conta com um Fundo de Transição (FT), em que os recursos de doação são gradativamente substituídos por outras fontes até 2039. Dois terços (US\$ 20 milhões) dos recursos previstos do ASL para o componente 1, já foram aportados no Fundo de Transição. O componente é executado pelo FUNBIO, sob coordenação do Departamento de Áreas Protegidas (DAP) do MMA.

O componente 1 tem como meta financeira a garantia de capitalização do FT em US\$ 215 milhões, meta atingida em outubro de 2021 quando o FT reportou capitalização de US\$ 238 milhões. Desde então os valores vem variando para menos, uma vez que o recurso do FT é utilizado de acordo com a estratégia mencionada no parágrafo acima.

A execução financeira tem mostrado um crescimento contínuo, especialmente após a migração das Unidades de Conservação (UCs) para o FT, em abril de 2017. Em 2024, a execução atingiu R\$ 29,5 milhões, no primeiro semestre. No segundo semestre de 2024, considerando o PO vigente e outros contratos ainda em execução, o Programa executou R\$ 25,7 milhões, superando os resultados do ano anterior para o mesmo período. Após o segundo semestre de 2022 o Programa subiu de forma significativa o patamar de execução de recursos, resultado da consolidação de novos mecanismos de execução desenvolvidos pelo FUNBIO.

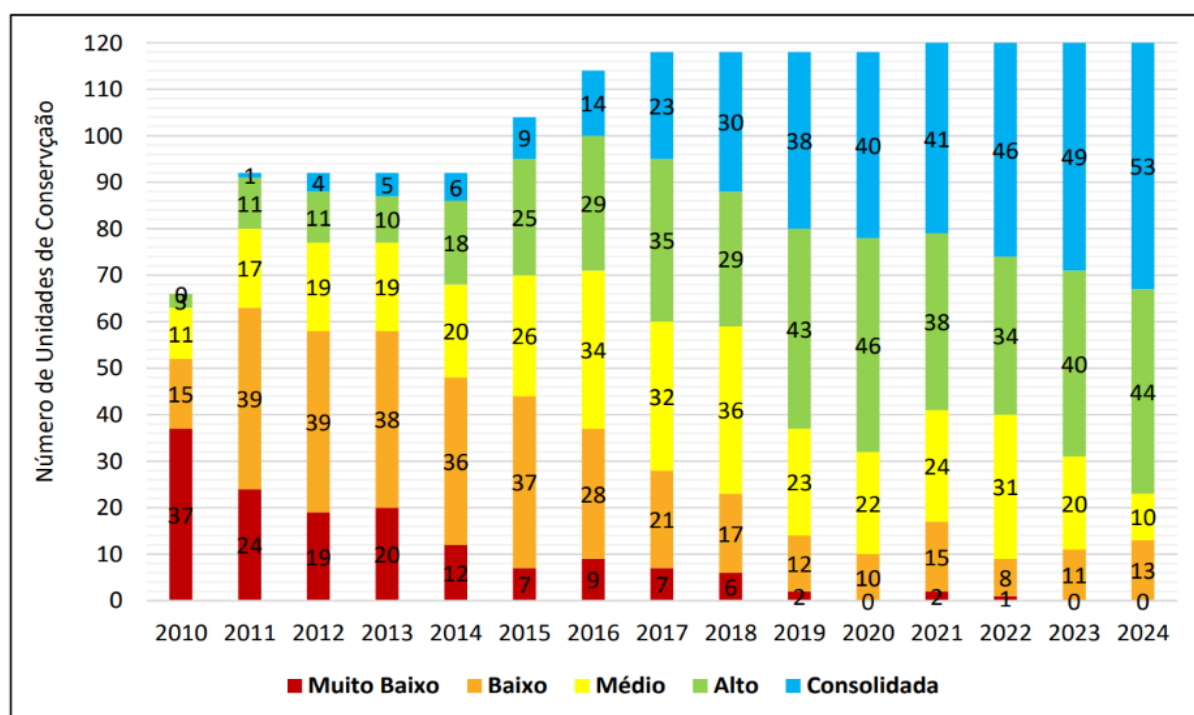
Figura 3: Execução semestral do Fundo de Transição do ARPA entre novembro de 2014 a dezembro de 2024



Fonte: FUNBIO

Desde o período pós-pandemia, também houve um avanço expressivo no fortalecimento das UCs, especialmente na redução de áreas classificadas como no nível de consolidação “Baixo” ou “Muito Baixo” de acordo com o resultado da aplicação da Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC) do ARPA, no segundo semestre de 2024. Atualmente, nenhuma UC está no nível “Muito Baixo”, refletindo melhorias significativas. No entanto, quase 18% das UCs ainda se encontram nos níveis “Baixo” e “Médio”, exigindo esforços contínuos (Figura 3). Comparando com 2014, quando mais de 50% das UCs estavam nos níveis mais baixos de consolidação, o progresso é notável.

Figura 4: Evolução do nível de consolidação das UCs ARPA entre 2010 e 2024



Fonte: FUNBIO

A consolidação das UCs de Grau II enfrenta desafios devido à maior complexidade envolvida. Esses desafios resultam de um número maior de Marcos Referenciais (MRs)/metas a serem alcançadas, de processos mais complexos e, em alguns casos, fora da alçada do órgão gestor, como os relacionados à regularização fundiária (Demarcação, Levantamento Fundiário, TCs e CDRUs), que dependem de outras esferas ou entidades governamentais. Em comparação com as UCs de Grau I, que apresentam um avanço gradual e consistente, as de Grau II mostram maior dificuldade no alcance das metas. Apesar disso, espera-se que, os POs de 2024/2025 e a elaboração de Planos de Manejo para as UCs do Salgado Paraense ajude a avançar no cumprimento dessas metas.

O Relatório L é o reporte financeiro semestral do Fundo de Transição do Programa ARPA, elaborado desde o início da Fase III do Programa, e apresenta informações sobre as doações realizadas para o Programa, desempenho das carteiras de investimento, previsão de resgates de recursos do FT e execução do programa contendo o desempenho das Unidades de Conservação (UCs). O documento pode ser acessado no [Anexo A](#).

Resultados do componente 1, fase 1, alcançados até dezembro de 2024

- **2017:** Migração das UCs para o Fundo de Transição, iniciando uma fase 3, resultando em alocação significativa de recursos.
- **2021:** Alcançe da meta de capitalização do FT, com US\$ 238 milhões reportados
- **2022-2024:** Incremento na eficiência de gestão das UCs, com salto de 7 UCs consolidadas e 10 em alto grau de consolidação.
- **2023-2024:** Execução financeira consistente, com valores de R\$ 29,5 milhões no primeiro semestre de 2024 e R\$ 25,7 milhões no segundo semestre, superando os resultados do ano anterior e demonstrando continuidade e estabilidade.

Fase 2

O componente 1 da Fase 2 refere-se às áreas protegidas existentes que não são apoiadas pelo Fundo de Transição e que recebem apoio do projeto para alcançar uma gestão aprimorada, com uma meta de aprimoramento de gestão de 2.373.628 hectares medido pela ferramenta de monitoramento tracking tools. Na apresentação do resultado deste semestre, não houve atualização da ferramenta de monitoramento Tracking Tools (TT).

Resultados do componente 1, fase 2, alcançados até dezembro de 2024:

- 2023/24: apoio a criação do Conselho Deliberativo da Resex Baixo Rio Branco Jauaperi (580.630,92 hectares). Atividade para aprimoramento de gestão que será identificada como resultado na próxima avaliação do Tracking Tools.

Componentes 2, 3 e 4

Fase 1

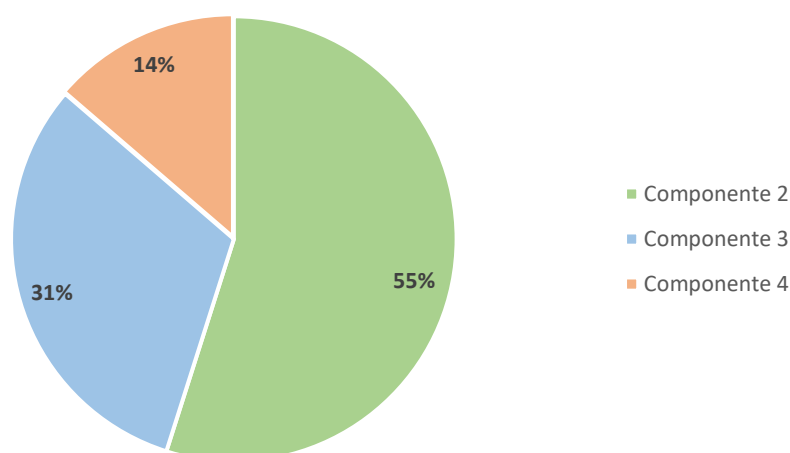
Os componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 buscam promover a gestão integrada da paisagem, fortalecer a capacidade dos governos federal e estaduais para desenvolver e implementar políticas setoriais e mecanismos financeiros e melhorar a capacidade de colaboração na implementação dos objetivos do projeto, visando aumentar o impacto, o cumprimento dos compromissos internacionais e a promoção da implementação eficaz e eficiente do projeto.

COMPONENTES 2, 3 e 4 EM NÚMEROS

- 102 municípios abrangidos.
- 56 unidades de conservação apoiadas.
- 57.904 imóveis rurais com CAR analisados.
- 88.179 beneficiários diretos.
- 6 cadeias produtivas apoiadas (borracha, cacau, café, castanha, mandioca, mel).
- 17 espécies cultivadas (seringueira, cacau, banana, café, graviola, abacaxi, açaí, castanha, mandioca, copaíba, cedro, mogno, cerejeira, cumaru, ipê, jatobá e samaúma).

O Projeto ASL apresenta uma execução de, aproximadamente, R\$ 84 milhões (54%) do montante total. No segundo semestre de 2024 a execução financeira do Projeto ASL foi de R\$ 18.098.289,41, sendo os meses de agosto e novembro os de maior execução. A alavancagem foi principalmente no componente 2 (Figura 5), com pagamento de contratos de grande valor para a temática de restauração.

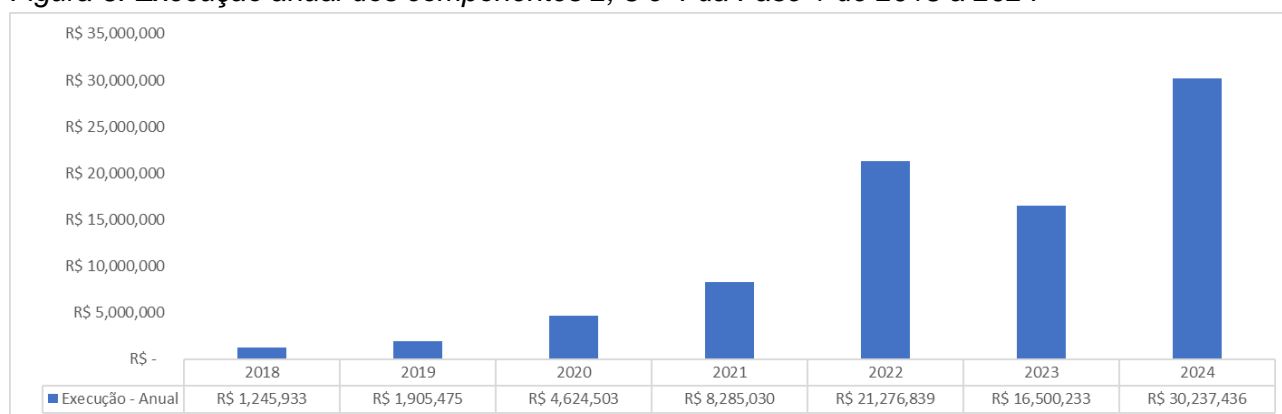
Figura 5: Execução financeira no segundo semestre de 2024 por componente



Fonte: Conservação Internacional do Brasil

Em 2024, a execução atingiu R\$ 30.2 milhões entre o primeiro e o segundo semestre, superando os resultados do ano anterior, conforme figura 6.

Figura 6: Execução anual dos componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 de 2018 a 2024



Fonte: Conservação Internacional do Brasil

Resultados dos componentes 2, 3 e 4 da fase 1 alcançados até dezembro de 2024:

- 1.614 ha em processo de restauração;
- 42 viveiros construídos, com capacidade de produzir aproximadamente 800 mil mudas;
- 57.904 cadastros de imóveis rurais analisados nos estados do Acre, Amazonas, Pará e Rondônia com recursos ASL, e 55.723 cadastros de imóveis rurais analisados finalizados (46.525 com recurso de contrapartida e 9.198 com recurso do ASL);
- 113 Termos de Compromisso Ambiental firmados com recurso do ASL e 1.200 com recurso de contrapartida;
- 1 Plano Estadual de Restauração da Vegetação Nativa (PRVN) - Pará;
- 2 Planos de gestão de Unidades de Conservação;
- 13 acordos de pesca elaborados no estado do Amazonas;
- 126 agentes ambientais voluntários credenciados no Amazonas;

- 80 pessoas de unidades de conservação ou entorno capacitados em curso de parabolônicos, parceria com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ICMBio e SFB;
- 3 brigadas de combate a incêndios florestais formadas no Acre;
- 3 estudos técnicos para inventários florestais e 3 estudos de logística e precificação da madeira;
- 2 mapeamentos para a produção de peças técnicas e anexos para futuros editais de concessão florestal;
- 2 estudos de metodologia para monitoramento das concessões em operação; e
- 1 diagnóstico para a estruturação do modelo da 1ª concessão para a recuperação de áreas degradadas.

Ações em desenvolvimento no segundo semestre de 2024:

- Apoio a elaboração de 6 planos de manejo de unidade de conservação e revisão de outros 11, totalizando 4.700.000,00 ha;
- Elaboração de protocolo de monitoramento de acordos de pesca no estado do Amazonas;
- Elaboração de 4 estudos técnicos para a concessão florestal;
- Avanço na análise de 16 mil cadastros de imóveis rurais no estado do Pará;
- Elaboração de 10 mil Projetos de Recuperação de Área Degradada e Alterada (PRADAs);
- Elaboração do módulo de monitoramento das áreas regularizadas e módulo de gestão da produção e do fomento de mudas para o Estado do Acre;
- Restauração de 1.179 hectares (contratações realizadas, fase de elaboração de projetos ou preparação de solo);
- Ações de monitoramento do manejo de crocodilianos;
- Estudo de viabilidade para o beneficiamento de castanha do Brasil na RESEX Rio Cautário;
- Avaliação dos impactos social, econômico e ambiental das Concessões Florestais Federais;
- Retificação e Análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR para Elaboração de PRADAs e TCAs, no âmbito do Programa de Regularização Ambiental - PRA – ACRE;
- Estruturação da "plataforma TradeFlora" com banco de áreas degradadas;
- Estudos de diagnóstico da tecnologia de RFID (Radio Frequency Identification ou Identificação por Radiofrequência) visando o uso para a rastreabilidade das madeiras oriundas das Concessões Florestais Federais;
- Manutenção e produção de mudas no Viveiro da Floresta da SEMAPI – ACRE;
- Capacitação de extensionistas e comunitários para o apoiar a cadeia de valor da borracha natural, da copaíba e da castanha do Brasil;
- Apoio ao processo de licitação das primeiras concessões florestais para a recuperação de áreas degradadas;
- Fortalecimento e promoção de trilha de ecoturismo (Trilha Amazônia Atlântica);
- Construção de trilha de ecoturismo na Resex Chico Mendes.

Algumas atividades já reportadas anteriormente continuam em execução, enquanto outras ainda não foram reportadas nos indicadores por estarem em execução e a intervenção ainda não atingiu o estágio para mensuração e reporte ao indicador, de acordo com os critérios estabelecidos. Temos expectativa desses resultados serem reportados e agregados a mensuração de indicadores nos próximos reportes.

Fase 2

O Componente 2 avançou na execução das ações relacionadas à gestão integrada da paisagem no Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) e no Território do Médio Juruá, que são territórios sobrepostos a parte da Reserva da Biosfera da Amazônia Central, e dos Sítios Ramsar Juruá e Rio Negro. Como estratégia de fortalecimento de governança local, foi apoiada a realização de reuniões e assembleias das organizações locais, e de atividades para conservação de quelônios na região. No entanto, não houve execução no Componente 3 durante este período. Por outro lado, no Componente 4 foram executadas atividades de gestão do projeto, como a Missão de Apoio à Implementação e Supervisão do Projeto no Amazonas, e de apoio a participação em eventos, incluindo a participação no de representantes da Rede Sauim de Jovens do MBRN no III Fórum de Jovens da Rede de Reservas da Biosfera da Iberoamérica, Caribe, Espanha e Portugal – IberoMaB e a participação do Brasil na COP16 da Biodiversidade.

Resultados dos componentes 2, 3 e 4 da fase 2 alcançados até dezembro de 2024:

- 4 membros da equipe organizadora do stand do Brasil participaram da COP 16 – Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade em Cali – Colômbia (3 mulheres/ 1 homem) com apoio financeiro do projeto;
- 2 jovens representantes da Rede Sauim de Jovens do Mosaico do Baixo Rio Negro participaram do III Fórum de Jovens da Rede de Reservas da Biosfera da Iberoamérica, Caribe, Espanha e Portugal – IberoMaB organizado pela UNESCO (2 homens);
- Monitoramento de praias ou tabuleiros contribuindo para a preservação de três espécies de quelônios nos municípios de Carauari AM (aprox. 350.000 filhotes), Juruá AM (aprox. 163.560 filhotes) e Itamarati (aprox. 532.600 filhotes) até o momento. O evento de educação ambiental que promove a soltura das espécies alcançou 598 comunitários (275 mulheres/ 323 homens);
- 1 Reunião ordinária do conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN) que tem como objetivo promover a gestão integrada de áreas protegidas, unindo esforços de órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, comunidades e instituições de ensino e pesquisa (19 homens/ 14 mulheres);
- 2 assembleias de associações vinculadas ao Fórum Território Médio Juruá (FTMJ) / AMARU (103 homens/ 75 mulheres) e AAEPRI (76 homens/ 26 mulheres); e
- 59 mulheres capacitadas em Cestaria e Tingimento pela Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá – ASMAMJ.

Abaixo apresentamos os indicadores de resultados do projeto e os percentuais de alcançados até dezembro de 2024.

Quadro 1: Alcance dos indicadores do Projeto até dezembro de 2024

FASE	INDICADORES	ALCANCE EM % ATÉ DEZ DE 2024
1	0.1. Criação de novas áreas protegidas (UCs)	144%
1	0.2. Áreas de UCs apoiadas pelo projeto (novas e existentes) com i) baixa, ii) média ou iii) alta efetividade de gestão segundo critério definido	Não se aplica percentual
1	0.3. Área sob recuperação apoiada pelo projeto	6%
2	0.3 Área sob recuperação apoiada pelo projeto	0%
1	0.4. Área florestal sob planos de manejo sustentável	98%
1	1.1. Áreas protegidas existentes apoiadas pelo Fundo de Transição sob gestão aprimorada	85%
1	1.2. Capitalização do fundo fiduciário de Áreas Protegida	111%
2	1.3. Áreas protegidas existentes não apoiadas pelo Fundo de Transição e sob gestão aprimorada	0%
1	2.1. Área das propriedades rurais adotando práticas sustentáveis de manejo	186%
2	2.1. Área das propriedades rurais adotando práticas sustentáveis de manejo	0%
1	2.2. Áreas protegidas de uso sustentável sob práticas sustentáveis de manejo da terra	94%
1	2.3. Áreas sob manejo sustentável adotadas como resultado do projeto (corporativo)	108%
2	2.3. Áreas sob manejo sustentável adotadas como resultado do projeto (corporativo)	0%
2	2.4. Área sob gestão (melhorada) integrada da paisagem (excluindo áreas protegidas)	0%
1	3.1. Propriedades rurais adotando ferramentas de planejamento de uso da terra	201%
1	3.2. Mecanismos de incentivo para reduzir a perda florestal e aumentar a restauração	340%
2	3.2. Mecanismos de incentivo para reduzir a perda florestal e aumentar a restauração	0%
1	4.1 Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto (Masculino: 2.100)	1136%
1	4.1. Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto (Feminino: 900)	2023%
2	4.1 Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto (Masculino: 2.400)	44%
2	4.1. Pessoas locais consultadas sobre as atividades do projeto (Feminino: 1600)	48%

Fonte: Sistematização de Indicadores ASL Brasil 2024-02

3. Desempenho Financeiro no Semestre (2024/02)

Recursos de doação do GEF

A execução financeira do projeto é compartilhada pelas três agências executoras, de acordo com os componentes sob responsabilidade de cada uma. O FUNBIO é responsável pela gestão e execução do componente 1 da Fase 1, diretamente lidado do Fundo de Transição (FT) do Programa ARPA, que engloba os US\$ 20 milhões doados pelo ASL e recursos de outras fontes de doação. Dessa forma a execução do FT segue os Planejamentos Orçamentários (POs) elaborados no contexto do Programa ARPA, não sendo considerada uma execução somente do Projeto ASL. Ainda assim, os valores executados são reportados ao projeto como forma de acompanhamento do uso da doação. Está previsto ainda o repasse de US\$ 10 milhões, via componente 1 da Fase 1, para inclusão no FT, dependendo do cumprimento da condição de desembolso prevista no contrato com o FUNBIO.

Os componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 têm os recursos geridos pela CI-Brasil e chegou em 60% de desembolso até dezembro de 2024, enquanto o valor total executado e comprometido chega a 82% da doação recebida. No último semestre foram executados R\$ 8,730,979.69, com destaque para o componente 2 para ações de restauração florestal.

Na Fase 2, todos os componentes são geridos pela FGV, após um período de planejamento de 2023 a junho de 2024 que culminou na aprovação do POA 2, o valor desembolsado chegou a 13,5%. Em razão da lentidão do processo de assinatura dos ACTs com as UOs estes valores estão aquém do planejamento aprovado, com a finalização das assinaturas no próximo semestre a execução deverá aumentar.

Tabela 1: Valores desembolsados e comprometidos por Agência Executora acumulados até 2024 (tabela com valores completos, não arredondados para duas casas decimais, no Anexo B)

Fase	Valor Total da Doação PAD (mi US\$)	Valor Desembolsado (mi US\$) ¹	% desembolsado/total	Valor Comprometido (mi US\$) ²	% com prometido/total
Fase 1 Componente 1	30,00	20,00 ³	66,67%	20,00	66,67%
Fase 1 Componentes 2, 3 e 4	30,33	18,25	60,18%	24,94	82,23%
Fase 2 – Componente 1, 2, 3 e 4	19,28	2,70	14,02%	1,04	5,42%
Total	79,61	40,95	51,44%	45,98	57,76%

Fonte: FUNBIO, Conservação Internacional do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

¹ Valor desembolsado refere-se ao valor disponibilizado pelo Banco Mundial para a Agência Executora, os desembolsos ocorrem de acordo com o planejamento de execução.

² Valor comprometido refere-se a soma do valor executado pela Agência Executoras e do valor comprometido em contratos assinados.

³ No caso do componente 1 da fase 1, os valores desembolsados são um compromisso de aporte ao Fundo de Transição, que fortalecem a estratégia de longo prazo conforme o modelo financeiro do Programa ARPA.

Componente 1 – Fase 1

- A execução do Fundo de Transição apresentou crescimento contínuo, atingindo os R\$ 25,7 milhões no segundo semestre de 2024, sendo R\$ 21,1 referentes somente a execução do PO 24/25, refletindo o fortalecimento das ações nas Unidades de Conservação (UCs). Houve avanço significativo na redução de áreas classificadas como “Baixo” e “Muito Baixo”, mas ainda 18% das UCs se encontram nessas categorias, exigindo mais esforços.
- Apesar de progressos, desafios persistem, especialmente na regularização fundiária e na implementação de planos de manejo. A redução de mais de 50% das UCs em níveis baixos de consolidação desde 2014 é um marco positivo alcançado no período.

Tabela 2: Execução financeira do PO 24/25 do ARPA de julho a dezembro de 2024
(tabela com valores completos, não arredondados para duas casas, decimais no Anexo B)

Componente – Fase	Planejado no POA (mi R\$)	Executado até 06/24 (mi R\$)	Executado (mi R\$)						Total por componente no semestre (mi R\$)	% Executado no semestre/replanejado	% Executado acumulado até dez/2024
			07/24	08/24	09/24	10/24	11/24	12/24			
Fase 1											
Componente 1	129,48	21,51	3,52	3,25	3,49	4,74	2,68	3,49	21,16	16,34%	32,96%

Fonte: FUNBIO - Relatório L - Execução Programa ARPA PO 24/25.

Componentes 2, 3 e 4 – Fase 1 e Componentes 1, 2, 3 e 4 – Fase 2

Tabela 3: Execução financeira do POA 4 da Fase 1 e dos POAs 1 e 2 da Fase 2 de julho a dezembro de 2024 e por componente em reais

(tabela com valores completos, não arredondados para duas casas decimais, no Anexo B)

Executado (mi R\$)											
Compo nente – Fase	Planeja do no POA (mi R\$)	Execu tado até 06/24 (mi R\$)	07/2 4	08/24	09/24	10/24	11/24	12/24	Total por compon ente no semestr e (mi R\$)	% Executa do no semestr e/planej ado	% Executad o acumulad o até dez/2024
Fase 1											
Compo nente 2	46,77	1,28	0,09	2,66	0,33	0,17	2,34	0,96	6,55	14,00%	16,74%
Compo nente 3	16,73	0,21	0,19	0,28	0,31	0,10	0,59	0,19	1,66	9,92%	11,17%
Compo nente 4	2,16	0,29	0,09	0,07	0,17	0,05	0,08	0,06	0,52	24,07%	37,50%
Total Fase 1	65,66	1,78	0,37	3,01	0,81	0,32	3,01	1,21	8,73 ¹	13,30%	16,00%
Fase 2											
Compo nente 1	2,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Compo nente 2	17,91	1,10	Não infor mad o	Não infor mado	Não inform ado	Não infor mado	Não inform ado	Não infor mado	0,55	3,07%	9,21%
Compo nente 3	5,28	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Compo nente 4	4,54	0,23	Não infor mad o	Não infor mado	Não inform ado	Não infor mado	Não inform ado	Não infor mado	0,59	13,00%	18,06%
Total Fase 2	29,90	1,33	Não infor mad o	Não infor mado	Não inform ado	Não infor mado	Não inform ado	Não infor mado	1,14	3,81%	8,26%

Fonte: Conservação Internacional do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

¹ Considerada execução apenas do POA 4. Mais recurso foi executado no ano de 2024, de outros POAs planejados

Tabela 4: Execução financeira por UO e por componente de julho a dezembro de 2024, dos POA 4 da Fase 1 e dos POAs 1 e 2 da Fase 2 de julho a dezembro de 2024

(tabela com valores completos, não arredondados para duas casas decimais, no Anexo B)

Unidade Operativa – Fase	Total planejado no POA (mi R\$)	Valor executado acumulado até junho de 2024 (mi R\$)	Componente 1 – Valor executado no semestre (mi R\$)	Componente 2 – Valor executado no semestre (mi R\$)	Componente 3 – Valor executado no semestre (mi R\$)	Componente 4 – Valor executado no semestre (mi R\$)	Total por UO no semestre (mi R\$)	% Executado no semestre/planejado	% Executado acumulado até dez/2024
Fase 1									
SEMA-AC	6,62	0,25	Não se aplica	0,62	1,04	0,00	1,66	25,07%	28,85%
SEMA-AM	1,21	0,32	Não se aplica	0,04	0,14	0,00	0,18	14,88%	41,32%
SEMA-S-PA	5,96	0,03	Não se aplica	0,08	0,01	0,00	0,09	1,51%	2,01%
IDEFLOR-Bio	R\$ 3,30	0,00	Não se aplica	0,01	0,01	0,00	0,02	0,60%	0,60%
SEDA M-RO	12,96	0,30	Não se aplica	0,75	0,43	0,02	1,20	9,26%	11,57%
ICMBO	23,42	0,64	Não se aplica	5,03	0,00	0,00	5,03	21,48%	24,21%
SFB	2,39	0,01	Não se aplica	0,00	0,05	0,00	0,05	2,10%	2,51%
MMA	9,79	0,23	Não se aplica	0,02	0,00	0,50	0,52	5,31%	7,66%
Total Fase 1	65,66	1,78	Não se aplica	6,54	1,67	0,52	8,73	13,30%	16,00%
Fase 2									
SEMA-AC	5,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SEMA-AM	3,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SEMA-S-PA	1,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
IDEFLOR-Bio	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SEDA M-RO	1,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
ICMBO	2,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
SFB	1,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
MMA	15,00	1,33	0,00	0,55	0,00	0,59	1,14	7,60%	16,47%
Total Fase 2	29,90	1,33	0,00	0,55	0,00	0,59	1,14	3,81%	8,26%

Fonte: Conservação Internacional do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

Tabela 5: Distribuição do recurso do POA por fase de execução
(tabela com valores completos, não arredondados para duas casas decimais no, Anexo B)

Status ¹	Valor Fase 1 (mi R\$) ²	Percentual Fase 1	Valor Fase 2 (mi R\$)	Percentual Fase 2
Executado	84,08	55,24%	2,47	8,26%
Comprometido	50,12	32,93%	5,11	17,29%
Em Andamento	4,51	2,96%	Não informado	Não informado
Em Preparação	2,21	1,45%	Não informado	Não informado
Não Iniciado	1,31	0,86%	Não informado	Não informado
Cancelado	9,97	6,55%	Não informado	Não informado
Total	152,20	100%	29,90	100%

Fonte: Conservação Internacional do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

¹ Legenda das categorias de Status:

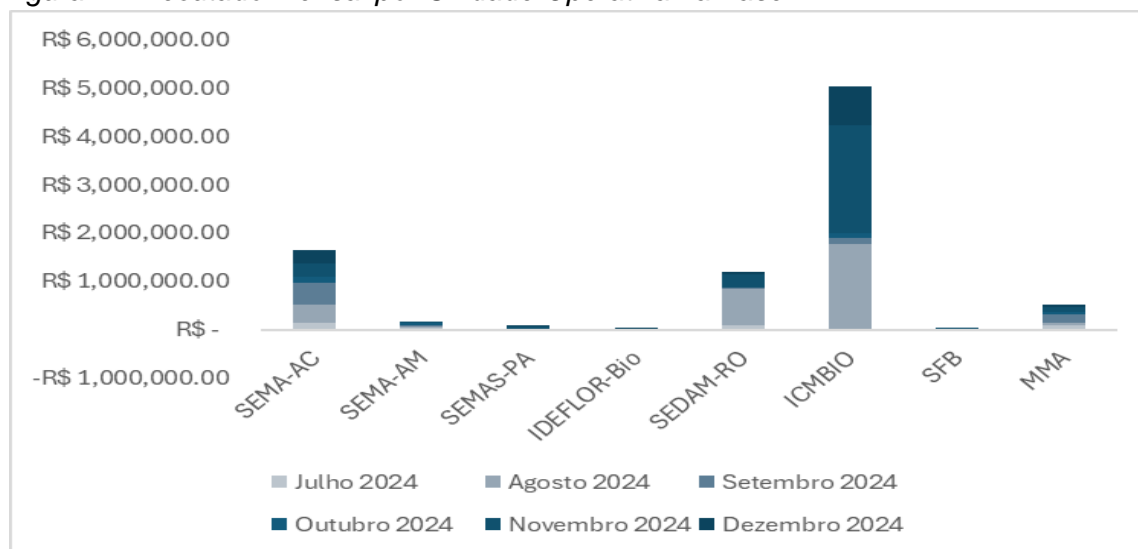
- **Executado:** Valor executado desde o início do projeto até dezembro de 2024.
- **Comprometido:** Contratos, custos operacionais e custo de gestão - são valores que incluem contratos assinados, logística, equipe, viagens, entre outros.
- **Em Andamento:** Atividades que estão em processo de publicação avaliação das empresas/fornecedoras e em processo de contratação.
- **Em Preparação:** TdR's/ET's que estão em processo de consolidação pela Unidade Operativa, em avaliação pela Conservação Internacional (CI) ou pelo Banco Mundial.
- **Não Iniciado:** Atividade planejada inicialmente, mas, ainda, sem tomada de decisão.
- **Cancelado:** Atividades que não ocorrerão.

² Considera os valores de todos os POAs da Fase 1, ao contrário das tabelas anteriores que incluem apenas o POA 4.

Fase 1

- Unidade Operativa ICMBIO apresentou uma alta execução em contratos referentes a restauração, com ênfase nos meses de agosto e novembro de 2024. Tais gastos então vinculados ao componente 2, com foco em restauração e apoio a regeneração natural de vegetação nativa.
- Os meses de julho e outubro de 2024 apresentaram uma execução menor em comparação aos demais meses. O mês de julho pode ser explicado pelo fato de ser um período em que muitas pessoas entram de férias, o que impacta na agilidade dos processos. Já em outubro, o atraso ocorreu devido a atrasos de fornecedores ou das Unidades Operativa na entrega de produtos.

Figura 7: Executado mensal por Unidade Operativa na Fase 1



Fonte: Conservação Internacional do Brasil

- Contratos: alta execução no componente de restauração (componente 2) com serviço técnico especializado para implantação participativa de 140 hectares de sistemas agroflorestais em áreas alteradas na Reserva Extrativista Alto Juruá. As atividades incluem a caracterização e definição das áreas a serem recuperadas (florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura). Também foram realizadas atividades de diagnóstico ambiental, com erradicação de gramíneas invasoras e plantios de cobertura em 205ha na Flona Bom Futuro; projeto construtivo do viveiro florestal, com implantação de 120ha de SAF na Resex Chico Mendes.
- Aquisições: No segundo semestre de 2024, foram executados mais de R\$ 1,5 milhões na aquisição de bens, equipamentos e insumos, destacando-se a aquisição de um veículo utilitário para fortalecer as atividades da atuação do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Chico Mendes (ICMBIO).
- Ao final de 2023, o POA 4 foi aprovado com um orçamento de R\$ 65 milhões. Até 31 de dezembro de 2024, o valor comprometido, em andamento, em preparação e não iniciado, somou aproximadamente R\$ 58 milhões, correspondendo 88% desse montante.
- Entre julho e dezembro de 2024, foram firmados cerca de 8 novos contratos, totalizando 44 contratos ativos. Esse aumento no número de contratos evidencia uma maior alocação de recursos no projeto, com o objetivo de assegurar o cumprimento das metas estabelecidas.

Fase 2

- Teve execução exclusiva da UO MMA, única com ACT, e quase toda focada em atividades de territórios prioritários, uma vez que os demais ACTs não estavam assinados.
- Grande esforço de pactuação entre os jurídicos para avanço na assinatura dos demais ACTs.
- Houve preparação de documentos necessários a execução de outras UOs, para que atividades sejam iniciadas assim que tiverem os ACTs assinados.

Contrapartida

As contrapartidas são uma forma de demonstração de compromisso dos beneficiários com o alcance dos objetivos do projeto e com o cumprimento dos objetivos nacionais e estaduais para a conservação da Amazônia. As Unidades Operativas executam iniciativas complementares ao projeto que são reportadas como contrapartidas financeiras e podem contribuir para os resultados técnicos medidos pelos indicadores. As Agências Executoras também aportam contrapartidas para a execução do projeto. A expectativa é de que as contrapartidas planejadas somem um valor pelo menos seis vezes maior que as doações realizadas. O reporte da contrapartida é semestral, com a última atualização efetuada em dezembro de 2024 e apresentada abaixo.

Tabela 6: Contrapartidas reportadas no semestre e no período acumulado
(tabela com valores completos, não arredondados para duas casas decimais, no Anexo B)

Instituição - Fase	Valor reportado no 1º semestre de 2024 (mi R\$)	Valor Reportado no 2º semestre de 2024 (mi R\$)	Acumulado até 2024.02 (mi R\$)	Acumulado até 2024.02 (% do total planejado)
Fase 1				
CI-Brasil	8,27	11,57	64,46	238%
MMA	1,00	0,00	155,43	48%
ICMBIO	68,72	45,44	180,08	210%
SEDAM-RO	1,55	1,03	352,03	385%
SEMA-AC	0,28	5,87	125,63	166%
SEMA-AM	9,95	12,20	68,53	73%
SEMAS-PA e IDEFLOR-Bio	0,65	1,99	165,88	158%
SFB	16,44	8,35	25,25	86%
TOTAL Fase 1	104,86	86,45	1.137,30	123%
Fase 2				
MMA	0,75	0,00	0,75	Não informado
SEMA-AM	0,00	0,00	0,00	Não informado
Projeto Floresta +	5,70	0,00	5,70	Não informado
FGV	2,22	0,77	2,99	Não informado
TOTAL Fase 2	8,67	0,77	9,44	Não informado

Fonte: Conservação Internacional do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

Fase 1

- Com a entrega e atualização dos dados de contrapartidas da Fase 1, observou-se que apenas as Unidades Operativas MMA, SFB e SEMA AM não atingiram 100% do valor proposto. No entanto, ao considerarmos o total geral, superamos o valor inicialmente projetado. Ainda assim seguirá sendo coletada as informações de contrapartidas de todas as UOs.

Fase 2

- No 2º semestre de 2024, não foram recebidas informações sobre os valores de contrapartida do MMA e Floresta+ para a Fase 2.

- O MMA informou que seriam agendadas reuniões com a equipe do Floresta+ a fim de identificar a razão da diferença entre o valor orçado e o realizado para o 1º sem/2024, assim como a previsão para os próximos semestres.
- As demais UOs iniciarão o reporte de contrapartidas a partir do momento de assinatura do respectivo Acordo de Cooperação.

4. Reporte de indicadores

A planilha de indicadores atualizada está disponível no Anexo C. A planilha apresenta os indicadores de forma unificada para todos os componentes e Fases do Projeto, com a informação do valor do reporte anterior (acumulado até dezembro de 2023), o valor incrementado entre janeiro e junho de 2024, o novo valor acumulado até junho de 2024, o detalhamento do valor reportado (descrição das atividades realizadas, informações sobre ferramentas/processos de medição e validação utilizadas, etc) e outros destaques e perspectivas futuras para o indicador, quando houver.

Planilha de indicadores atualizada: Anexo C Sistematização de Indicadores ASL 2024-2.xlsx

Detalhamento dos indicadores 0.2 e 1.1 da Fase 1 (monitoramento via Tracking Tools e FAUC): Anexo D ANEXO_UCs_TT e FAUC 2024

Adicionalmente em esforço entre UCP Projeto ASL, CI e FGV está em construção uma planilha com a identificação do histórico de investimentos realizado pelo Projeto ASL Brasil em cada UC, com identificação do tema desse investimento. Esse mapeamento e identificação temática de investimentos é complementar aos investimentos realizados pelo Programa ARPA, Componente 1 Fase 1, sendo que os investimentos do ARPA não estão contemplados na planilha.

Anexo E: Unidades de Conservação apoiadas pelo projeto (Componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 e Fase 2) - Documento em construção para todo o histórico do Projeto ASL Brasil (apenas identificações complementares ao Programa ARPA)

Fase 1

Correspondem ao componente 1 da Fase 1 do projeto os indicadores 0.1, 0.2, 1.1 e 1.2 que foram mensurados a partir dos dados levantados e sistematizados pelo Departamento de Áreas Protegidas - DAP/MMA e FUNBIO. Para o indicador 0.1 foram consideradas informações obtidas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC e informações apresentadas pelos órgãos gestores até dezembro de 2024. No indicador 0.2 foram considerados os resultados da aplicação da Tracking Tool em 2017, 2021 e 2024. Para o indicador 1.1 se considerou o resultado da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação - FAUC aplicada de 2017 a 2024. No caso do indicador 1.2 são considerados dados capitalização do Fundo de Transição reportados pelo FUNBIO semestralmente por meio do Relatório L, disponível no Anexo A.

Os indicadores 0.3, 0.4, 2.1, 2.2, 2.3, 3.1, 3.2 e 4.1 dos componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 foram mensurados no período de 11 de junho a 29 de novembro de 2024, por meio da ferramenta kobotoolbox, pela qual as UOs declararam os resultados relacionados ao período deste relatório com os devidos requisitos de validação de cada indicador. São utilizados também como forma de confirmação dos indicadores os produtos e relatórios entregues pelas empresas e consultores contratados e pelas Unidades Operativas.

Fase 2

Dos indicadores 0.3, 1.3, 2.1, 2.3, 2.4, 3.2 e 4.1 dos componentes 1, 2, 3 e 4 da Fase 2, apenas o último 4.1 que trata de população local consultada sobre avanços do projeto teve avanço já medido, a partir de envolvimento em ações de conservação de quelônios, envolvimento em oficinas de projeto e capacitações.

O fato de outros indicadores não terem avançado não quer dizer que não houve atividades relacionadas, mas sim que ainda não foi feita a mensuração. Exemplo disso é o apoio a constituição do conselho da RESEX Jauaperi, que só se identificará no indicador 1.3 a partir de nova medição de status de gestão da UC, com a ferramenta TT.

Adicionalmente, no âmbito do indicador 2.4 de área sobre gestão (melhorada) integrada da paisagem (excluindo áreas protegidas) foram realizadas atividades de apoio ao monitoramento e preservação de quelônios, a reunião do Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro, assembleias no Médio Juruá e início da aquisição de equipamentos para o entreposto em Carauari (AM). Para fortalecer as instituições do território, é fundamental avançar com as ações relacionadas às assembleias, juventude e educomunicação.

5. Descrição do Desempenho no Semestre (2024/01)

Componente 1 - Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia

Fortalecimento da gestão de Unidades de Conservação na Amazônia

Fase 1

- **Criação e ampliação de UCs:** os dados de criação e ampliação das Unidades de Conservação (UCs) revelam avanços importantes, especialmente no estado do Amazonas, com processos bem avançados, como o de criação das RDS Saracá Piranga, RESEX Mamiá e REBIO Pauini, embora ainda haja desafios, como a pendência de consultas públicas em algumas dessas propostas. No entanto, esforços significativos também foram feitos em Roraima e Pará, com a ampliação de áreas protegidas e a criação de novas UCs, refletindo o compromisso contínuo com a expansão da conservação na Amazônia. A tabela a seguir apresenta o status atual de criação de Unidades de Conservação (UCs) pelo Programa ARPA.

Anexo F: [Unidades de Conservação criadas entre 2017 e 2.2024](#)

- **Implementação do Plano de Ação para Aprimoramento das Modalidades de Execução do ARPA:** o FUNBIO em parceria com o MMA e Órgãos Gestores do Programa ARPA, vem conduzindo um plano de ação para aprimoramento das modalidades de aquisições de bens e serviços disponibilizadas para o Programa. Essa iniciativa teve como ponto de partida relatório elaborado pela UCP do ARPA em 2024, com base em pesquisa junto aos gestores das Unidades de Conservação apoiadas. No trimestre, foram realizadas diversas atividades previstas no plano de ação, incluindo entrevistas com equipes de UCs que responderam ao questionário aplicado pela UCP, reuniões com fornecedores, melhorias de procedimentos e outras ações abaixo descritas. Além disso, foram implementadas, ações como viabilização de transferências bancárias via cartão para pequenas despesas, aprimoramento das análises de prestações de contas, ampliação da rede de fornecedores, melhorias na comunicação com os gestores, melhorias em fluxos de aprovação e atualização de manuais operacionais. O processo segue em implementação com previsão de conclusão até a primeira reunião do CFT no final do primeiro trimestre de 2025.
- **Capacitações Temáticas para Gestores:** no trimestre, o FUNBIO realizou capacitações temáticas das modalidades de contratação de bens e serviços mais demandantes, de acordo com o plano de ação, mencionado acima, para melhorias. No total, foram realizadas 16 horas de capacitação, divididas em sessões que abrangeram tanto aspectos técnicos quanto operacionais, incluindo sessões de esclarecimentos de dúvidas. As atividades contaram com a participação de 427 pessoas, incluindo FUNBIO, Gestores do Programa Arpa, Pontos Focais e UCP, demonstrando amplo engajamento dos envolvidos. As capacitações temáticas tiveram como foco principal o alinhamento de práticas, a padronização de processos e o fortalecimento da gestão das modalidades de execução. A ampla adesão e o engajamento dos participantes refletem o comprometimento em garantir maior eficiência, transparência e eficácia na implementação das ações do programa.

- **Comunicação com gestores de UCs:** o quadro a seguir apresenta os temas das publicações da **Samaúma**, a newsletter do Programa ARPA, que constitui uma estratégia chave para fortalecer a gestão das Unidades de Conservação (UCs) apoiadas pelo programa. As matérias abordam questões cotidianas enfrentadas pelos gestores, com informações práticas sobre desafios e avanços na conservação. Além disso, incluem entrevistas com gestores e stakeholders do programa, destacando ações de monitoramento e as parcerias essenciais para a proteção ambiental na Amazônia.

Quadro 2: Resumo de Entregas da Comunicação ARPA – FUNBIO

Tipo de Divulgação	Matéria/Produto	Link	Mês
SAMAÚMA - O canal de notícias do ARPA	Em parceria com o ARPA, ICMBio lança painel de monitoramento da biodiversidade brasileira	Em parceria com o ARPA, ICMBio lança painel de monitoramento da biodiversidade brasileira	14/11/2024
SAMAÚMA - O canal de notícias do ARPA	ICMBio intensifica combate ao fogo com apoio do Programa ARPA e destaca investimentos significativos para proteção ambiental	ICMBio intensifica combate ao fogo com apoio do Programa ARPA e destaca investimentos significativos para proteção ambiental	14/11/2024
SAMAÚMA - O canal de notícias do ARPA	ARPA entrevista: conheça como o programa desempenha papel fundamental nas fiscalizações das Ucs	ARPA entrevista: conheça como o programa desempenha papel fundamental nas fiscalizações das Ucs	09/12/2024
SAMAÚMA - O canal de notícias do ARPA	Recursos que fortalecem a proteção da Amazônia	Recursos que fortalecem a proteção da Amazônia	13/12/2024
SAMAÚMA - O canal de notícias do ARPA	Conservação da biodiversidade e práticas de turismo	Conservação da biodiversidade e práticas de turismo	16/12/2024
SAMAÚMA - O canal de notícias do ARPA	ASL Brasil: Estratégia de conservação fortalece áreas protegidas da Amazônia e Conservação da biodiversidade e práticas de turismo	ARPA e ASL Brasil: Estratégia de conservação fortalece áreas protegidas da Amazônia	27/12/2024
SAMAÚMA - O canal de notícias do ARPA	Desmatamento é menor em UCs apoiadas pelo Programa de Áreas Protegidas da Amazônia e ARPA	Desmatamento é menor em UCs apoiadas pelo Programa de Áreas Protegidas da Amazônia	31/12/2024

Fonte: FUNBIO

Fase 2

- No primeiro semestre de 2024, foram realizadas oficinas que culminaram na criação do Conselho Deliberativo da Resex Baixo Rio Branco Jauaperi.
- Além disso, dentro do planejamento do POA, atual existem atividades propostas devem abranger as outras UCs nas áreas focais de atuação do projeto.

Componente 2 - Gestão Integrada da Paisagem

Conservação da biodiversidade

Fase 1

- **Realização de monitoramento do manejo de crocodilianos na RESEX do Lago do Cuniã/RO:** em conjunto com ICMBIO, realização de atividades de campo para monitoramento contínuo da população de jacarés, com o objetivo de garantir o manejo sustentável, assegurando a segurança das populações locais e promovendo o aproveitamento econômico das famílias da RESEX;
- **Construção de Trilha de ecoturismo na Resex Chico Mendes:** pela UO MMA, foram adquiridos equipamentos e insumos para subsidiar a implementação da Trilha Chico Mendes com 90 km de extensão. Esta atividade visa promover o desenvolvimento de arranjos produtivos locais e cadeias de valor derivados do uso sustentável da biodiversidade, além de capacitar para o turismo de base comunitária e fortalecer o associativismo no território da Resex Chico Mendes;
- **Fortalecimento e promoção de trilha de ecoturismo Amazônia Atlântica:** apoio na elaboração de vídeo para divulgação da trilha e aquisição de equipamentos para a implementação de uma trilha aquática conectada com a Trilha Amazônia Atlântica. Essa ação visa fortalecer o ecoturismo na região e foi realizada pela UO MMA.

Fase 2

- **Monitoramento de quelônios no Médio Juruá:** monitoramento de praias ou tabuleiros contribuindo para a preservação de três espécies de quelônios nos municípios de Carauari AM (aprox. 350.000 filhotes), Juruá AM (aprox. 163.560 filhotes) e Itamarati (aprox. 532.600 filhotes) até o momento, sob coordenação da Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo (AMECSARA) e com apoio do Projeto pela UO MMA. O objetivo geral da iniciativa é garantir a preservação e reprodução das espécies de tartarugas-da-Amazônia (*Podocnemis expansa*), tracajás (*Podocnemis unifilis*) e iaçás (*Podocnemis sextuberculata*), impedindo a captura ilegal e garantindo o aumento de suas populações na natureza. O evento de educação ambiental que promove a soltura das espécies alcançou 598 comunitários (275 mulheres/ 323 homens).

Cadeias Produtivas

Fase 1

- **Realização de cursos de capacitação (extensionistas e comunitários) para o apoiar a cadeia de valor da borracha natural, da copaíba e da castanha do Brasil:** Foram realizados cursos de boas práticas de manejo e extração de óleo de copaíba, na comunidade Escondido; Curso de boas práticas de extração de látex para extrativistas da comunidade Vila Canizo e mapeamento de castanhal na comunidade Repartimento, em Manicoré. Os cursos foram realizados pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal (Datef) do IDAM no Estado do Amazonas. Ao todo, 54 pessoas participaram, sendo 12 mulheres e 42 homens;
- **Elaboração de Planos de Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala (PMFSPE):** foram elaborados 7 planos e protocolados no Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas para licenciamento em conjunto com a SEMA-AM. Neste semestre foi realizado o curso de Introdução ao Manejo Florestal Sustentável em Pequena Escala para os moradores da

Comunidade Cuiuanã (RDS Piagaçu-Purus), com a participação de 23 pessoas, sendo 3 mulheres e 20 homens;

- **Elaboração de estudo de viabilidade para construir e implantar uma agroindústria de beneficiamento de castanha do Brasil de porte médio na RESEX Rio Cautário:** a atividade realizada pela SEDAM-RO foi finalizada com a entrega do diagnóstico socioproductivo da castanha na Resex e entorno, juntamente com estudo de viabilidade, que incluiu diretrizes e recomendações para o planejamento e tomada de decisões relacionadas à construção e implantação da agroindústria.

Fase 2

- **Capacitação de Cestaria e Tingimento:** a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), com apoio do Projeto ASL, realizou o Curso de Cestaria para Mulheres, promovendo o fortalecimento do conhecimento tradicional e a geração de renda para ribeirinhas. O curso capacitou 59 mulheres de 12 comunidades do Rio Juruá no uso do Arumã (*Ischnosiphon spp.*) espécie tradicionalmente utilizada para a produção artesanal, resgatando uma tradição ameaçada pela falta de incentivo. Entre 11 e 13 de dezembro de 2024, a 1ª Oficina de Capacitação foi realizada na Comunidade Ouro Preto, reforçando a cestaria como identidade cultural e empoderamento feminino. A iniciativa valoriza o uso sustentável dos recursos naturais e a autonomia econômica das mulheres, garantindo a preservação dessa arte ancestral. A atividade terá continuidade no primeiro semestre de 2025 com apoio para contratações para estruturação do negócio e viagens a feiras de exposição.

Figura 8: Fotos da Oficina de Cestaria e Tingimento para mulheres do Médio Juruá



Créditos: ASMAMJ

Gestão de Unidades de Conservação

Fase 1

- **Elaboração do plano de gestão da APA Triunfo do Xingu e Flota do Iriri:** finalização e publicação dos dois planos de gestão em conjunto com o Ideflor-Bio. Estes planos, promovem estratégias de conservação, uso sustentável e integração das Unidades de Conservação (UCs) ao desenvolvimento local, alinhando-se ao Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) e à Política Estadual de Unidades de Conservação da Natureza do Pará. O processo também fortalece os objetivos da Agenda 2030, contribuindo para a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas;
- **Elaboração do Plano de gestão das unidades de conservação de uso sustentável do mosaico das áreas de Machadinho do Oeste e Vale do Anari:** atividade em execução

pela SEDAM-RO, com a entrega do produto 2, referente a caracterização do meio biótico, antrópico e meio físico;

Fase 2

- Durante o segundo semestre de 2024 não foram executadas atividades vinculadas a este tema do componente 2 pela Fase 2.

Restauração e Regeneração Natural

Fase 1

- **Recuperação de áreas degradadas em área de APP e/ou RL em Rondônia (lote 1 e 2):** atividade em execução pela SEDAM-RO, que visa a recuperação ativa de 500 hectares de áreas degradadas em área de APP e/ou RL. No segundo semestre de 2024 foi entregue o produto 3 “Relatório técnico do diagnóstico situacional e ambiental das áreas a serem recuperadas”;
- **Monitoramento da recuperação florestal com espécies nativas de 80 ha de áreas alteradas:** esta atividade está sendo executada em propriedades rurais com passivos ambientais em Rondônia. No semestre foi realizado o controle de gramíneas exóticas invasoras, construção e manutenção dos aceiros nas áreas delimitadas pelo Plano de Manejo Integrado do Fogo e monitoramento da vegetação. A análise dos dados aponta um aumento na riqueza de espécies ao longo do tempo nos 80 ha. Após 16 meses de plantio houve um crescimento de 40% e foram registradas 26 espécies em todos os monitoramentos realizados;
- **Projeto de restauração, erradicação de gramíneas invasoras e plantio de cobertura em 205 ha:** atividade em execução pelo ICMBIO na Flona Bom Futuro em Rondônia. Neste semestre, foi entregue o produto 2, que consiste no diagnóstico ambiental da área. Além do diagnóstico, o produto 2 contempla o seguinte: a) plano técnico e executivo preliminar; b) plano de controle e manejo de pragas e espécies exóticas invasoras; c) programa de uso de produtos químicos: manejo, descarte, salvaguardas e logística reversa; d) plano de monitoramento; e) salvaguardas; f) análise de risco e ações mitigadoras e programa de saúde e segurança do trabalho. No projeto técnico foi definido a metodologia e as técnicas a serem empregadas; a seleção das espécies; a manutenção e monitoramento das áreas de plantio e prevenção do fogo, equipamentos, materiais e insumos; equipe técnica.
- **Recuperação florestal de 40ha de áreas alteradas com espécies nativas:** atividade em execução na Floresta Nacional de Jacundá em Porto Velho, também pelo ICMBIO. Neste semestre, foram entregues os produtos 2 e 3, referente ao diagnóstico e caracterização situacional das áreas e definição da metodologia de plantio a ser adotada;
- **Elaboração de projeto de SAF para recuperação de 140ha de áreas alteradas e/ou degradadas:** atividade em execução na Resex Alto Juruá no Acre pelo ICMBIO. No segundo semestre de 2024, foram entregues os produtos 2 e 3, que incluem o projeto e a construção do viveiro. Devido às distâncias das comunidades, a empresa optou por construir seis viveiros florestais em locais estratégicos, com a proposta de dois viveiros com capacidade para 25 mil mudas, três viveiros com 20 mil mudas e um com 15 mil mudas;
- **Implantação participativa de 120ha de sistemas agroflorestais:** atividade em execução na Reserva Extrativista Chico Mendes no Acre, pelo ICMBIO. Esta atividade se trata de um aditivo a atividade de 102 ha, que visa beneficiar aproximadamente mais 100 famílias na Resex. No segundo semestre de 2024, foram entregues os produtos 2 e 3, que se referem

ao projeto e a construção de viveiros. Neste aditivo foram construídos 3 novos viveiros e a reforma de 3 viveiros da etapa anterior;

- **Restauração, erradicação de gramíneas invasoras e plantio de cobertura em 50 ha:** atividade em execução na Reserva Extrativista do Rio Iriri no Pará pelo ICMBIO. Neste semestre, foi entregue o produto 2 “Diagnóstico em Escala Local”, e a versão final dos Projetos Técnico, Executivo e de Monitoramento da Restauração. O foco principal é determinar o potencial de regeneração natural das áreas, realizar uma descrição detalhada da cobertura de gramíneas invasoras (densidade e área ocupada) e manchas de vegetação distintas da regeneração natural ou gramíneas invasoras.
- **Restauração ativa de 300 ha, por meio de Sistemas Agroflorestais na APA Triunfo do Xingu:** contrato assinado para a restauração ativa de 300 ha em áreas degradadas através da implantação de SAFs, integrando culturas de ciclo curto com espécies frutíferas e madeiras, visando proporcionar benefícios ambientais e econômicos para a região, a atividade é coordenada pelo Ideflor-Bio;
- **Caracterização vegetacional, monitoramento de regeneração natural, mapeamento de pressões/conflitos:** Neste semestre, foi assinado o contrato e entregue do plano de trabalho para esta atividades, que está sendo realizada em Rondônia pelo ICMBIO. A contratação prevê o monitoramento da regeneração natural assistida em uma área de 22.169 ha.

Fase 2

- Durante o segundo semestre de 2024 não foram executadas atividades vinculadas a este tema do componente 2 pela Fase 2.

Gestão Integrada da Paisagem

Fase 1

- Durante o segundo semestre de 2024 não foram executadas atividades vinculadas a este tema do componente 2 pela Fase 1.

Fase 2

- **Realizadas assembleias de 2 associações do Fórum Território Médio Juruá (FTMJ):** durante o semestre, foram realizadas 2 das 14 assembleias previstas para o Território do Médio Juruá. Essas assembleias têm como objetivo promover a participação ativa dos membros na tomada de decisões e na definição dos rumos da organização, sendo uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da gestão e governança no território Médio Juruá - Sítio Ramsar do Médio Juruá e parcialmente sobreposto a Reserba da Biosfera da Amazônia Central. A assembleia da Associação dos Moradores Agroextrativista da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari (AMARU) teve a participação de 103 homens e 75 mulheres, enquanto a assembleia da Associação Ambiental, Extrativistas, Pescadores e Produtores Rurais de Itamarati reuniu 76 homens e 26 mulheres.

Figura 9: Assembleia da AAEPRI



Créditos: AAEPRI

Figura 10: Assembleia da AMARU



Créditos: AMARU

- **Reunião ordinária do conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN):** apoio a realização da 32ª Reunião Ordinária do Conselho do MBNR, que é sobreposto a parte do Sítio Ramsar do Rio Negro e a Reserva da Biosfera da Amazônia Central (RBAC) que ocorreu em Novo Airão em novembro de 2024. O MBRN e seu conselho têm como objetivo promover a gestão integrada de áreas protegidas, unindo esforços de órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, comunidades e instituições de ensino e pesquisa. A reunião contou com a participação de 33 pessoas (19 homens/ 14 mulheres) entre conselheiros e convidados.

Figura 11: Participantes da 32ª reunião do Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro



Créditos: Conselho do MBRN

Componente 3 - Políticas Públicas para promoção da Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Vegetação Nativa

Regularização ambiental

Fase 1

- **Retificação de 2000 CAR em São Félix do Xingu, região de integração do Xingu e região do Baixo Amazonas:** atividade em execução pela SEMAS-PA, com a entrega dos produtos 6, 7 e 8, contemplando 600 retificações de cadastros de imóveis rurais;
- **Realização de análise de 16 mil Cadastros Ambiental Rural - CAR,** na Plataforma SICAR/PA na região de integração do Baixo Amazonas (Santarém, Monte Alegre, Mojuí dos Campos e Belterra) e Tapajós (Aveiro, Itaituba, Novo Progresso e Rurópolis): atividade finalizada com a entrega do produto 12, totalizando 14.000 cadastros analisados em diferentes ciclos de análise;
- **Mobilização de produtores rurais por meio de mutirão para adesão ao PRA** em 14 municípios no estado de Rondônia: no segundo semestre de 2024, foram realizados quatro mutirões, com 1.129 atendimentos e 382 requerimentos para adesões ao Programa Permanente de Regularização Ambiental assinados;
- **Retificação e Análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR para Elaboração de PRADAs e TCAs,** no âmbito do Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Acre: foram realizadas 837 análises de CAR, assinatura de 52 Termos de Compromisso Ambiental e 99 Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADAs);
- **Manutenção e produção de mudas no Viveiro da Floresta no ACRE:** neste semestre houve a produção de 92.642 mudas no Viveiro da Floresta e 106.342 na Biofábrica;

Fase 2

- Durante o segundo semestre de 2024 não foram executadas atividades vinculadas a este tema do componente 3 pela Fase 2.

Manejo e concessão florestal

Fase 1

- **Elaboração de relatório de avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais das Concessões Florestais Federais:** foi entregue o produto 1, que consiste na “Avaliação de indicadores sociais, ambientais e econômicos” propostos pela Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento (DCM/SFB), com objetivo de monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais das concessões florestais;
- **Realização de diagnóstico das condições de logística de transporte das capacidades produtivas instaladas** e levantamento de dados para a estimação do valor do preço mínimo da madeira em pé nas Florestas Nacionais do Aripuanã e Urupadi no Amazonas: foi entregue o plano de trabalho, contendo a metodologia para a coleta de dados primários do setor madeireiro, que envolve a identificação das tipologias de atores, mapeamento prévio da localização das empresas, planejamento das entrevistas, registro, análise dos dados e resultados esperados e instrumentos de levantamento de dados. Atividade em execução pelo SFB;
- **Estruturação de concessões florestais para a prática do manejo florestal e silvicultura** de espécies predominantemente nativas em áreas degradadas para exploração de produtos madeireiros, não-madeireiros e serviços: a primeira fase do contrato foi concluída com a entrega do Produto 6, que inclui o edital de concessão e seus anexos, ao SFB. O contrato foi aditivado com as empresas, para garantir a continuidade do apoio ao processo licitatório das concessões florestais;

Fase 2

- Durante o segundo semestre de 2024 não foram executadas atividades vinculadas a este tema do componente 3 pela Fase 2.

Instrumentos de políticas públicas para promoção de conservação, uso sustentável e recuperação da vegetação nativa

Fase 1

- **Estruturação da "plataforma TradeFlora" com banco de áreas degradadas:** Entrega do subproduto 1.1 Visão da Solução, Levantamento de Requisitos, Subproduto 1.2 – Arquitetura de Software, Plano de Implantação e Banco de Dados e Subproduto 1.3 – Protótipo de Alta Fidelidade. Esta interface permitirá visualizar e baixar dados acerca das regiões designadas para restauração ambiental, no âmbito do módulo Banco de Áreas;

Fase 2

- Durante o segundo semestre de 2024 não foram executadas atividades vinculadas a este tema do componente 3 pela Fase 2.

Componente 4 - Coordenação de Projetos, Capacitação e Cooperação Regional

Apoio a oficinas e eventos estratégicas

Fase 1

- **Oficina de Planejamento Estratégico do Gabinete da SBIO:** Foi entregue o relatório da facilitação e moderação da Oficina de Planejamento de Governança da UCP. A oficina contou com a participação das equipes do Gabinete e dos projetos geridos pelo Gabinete da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA);
- **Workshop Restauração:** apoio a realização da oficina técnica para definição de indicadores da vegetação, com o objetivo de elaborar propostas de indicadores e seus valores referenciais, que servirão para orientar os processos de monitoramento e a avaliação da recuperação ambiental.

Fase 2

- **MBRN no encontro do IberoMaB:** apoio a participação de 2 jovens representantes da Rede Sauim de Jovens do Mosaico do Baixo Rio Negro no III Fórum de Jovens da Rede de Reservas da Biosfera da Iberoamérica, Caribe, Espanha e Portugal – IberoMaB organizado pela UNESCO (2 homens);
- **Participação da SEMA-AC na COP 16 da Biodiversidade:** para garantir a representatividade e fortalecer o compromisso do Estado do Acre na agenda, as equipes do Departamento de Biodiversidade e da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) participaram na COP 16. O projeto apoiou financeiramente a participação de três colaboradores da equipe técnica da SEMA-AC através do custeio de passagens e diárias. A participação da equipe teve como objetivo subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Biodiversidade (PAEB), a partir de diálogos com diferentes atores sobre a biodiversidade (lideranças e instituições) e as políticas de desenvolvimento para conservação adotadas na Amazônia.

Figura 12: Participação da SEMA-AC na COP 16 da Biodiversidade



Créditos: Delegação SEMA-Acre

Fases 1 e 2

- **Participação do MMA na COP 16 da Biodiversidade:** o projeto através da equipe de coordenadores apoio a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) e das Agências Executoras participou da elaboração do portfólio do MMA para o evento “Contribuições e avanços do MMA para o cumprimento das Metas de Kunming-Montreal” e elaborou um Factsheet ASL Brasil (disponível no LinkTree do ASL na COP 16) e adesivos e cartões para divulgação do projeto e seus resultados relacionados a conservação da biodiversidade. A fase 2 também disponibilizou passagens e diárias para uma integrante da delegação do Brasil responsável pelas atividades do “Espaço Brasil”, em que os materiais elaborados foram divulgados. Um Linktree foi construído para incluir todas as informações sobre a participação do ASL Brasil na COP 16, funcionando como um repositório centralizando, a ferramenta está disponível no link https://linktr.ee/asl_br_COP16

Gestão do Projeto

Fase 1

- **Cadernos temáticos:** empresa contratada para realização de pesquisa, entrevistas, redação, revisão e editoração de 4 cadernos temáticos contendo relatos de experiências, análises e histórias do campo do projeto. As publicações visam fortalecer a implementação de uma estratégia abrangente de comunicação e institucionalizar um legado para o projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL Brasil). Os cadernos serão lançados ao longo de 2025 até a COP A elaboração dos cadernos temáticos será uma atividade integrada do projeto, com a elaboração da equipe de coordenadores de apoio a UCP e as equipes das três agências executoras.

Fase 2

- **Missão de Supervisão e Apoio à Implementação do Projeto ASL Brasil (primeiro semestre de 2024):** em julho de 2024 aconteceu a atividade de acompanhamento do Projeto pelo Banco Mundial na região do Baixo Rio Negro, Estado do Amazonas. A missão iniciou com apresentações das UOs sobre os avanços de execução em um Seminário Técnico do Projeto ASL Fases 1 e 2 e seguiu com visitas a ações apoiadas pelo Projeto ASL naquela região, como acordos de pesca; educação ambiental e formação de Agentes Ambientais Voluntários (AAVs), turismo de base comunitária, planos de gestão, e monitoramento de quelônios. O encontro entre as UOs, AEs, UCP, BM e parceiros de implementação foi uma oportunidade de alinhamentos técnicos e intercâmbio, finalizada com a 5ª reunião do Comitê Operacional do Projeto (COP), que aprovou o Plano Orçamentário Anual para a implementação da Fase 2, no valor de R\$ 25 milhões. Mais informações como apresentações, vídeo, entre outras podem ser acessadas no link https://linktr.ee/asl_br
- **Equipe de comunicação do projeto:** está em processo de contratação de profissional da área de comunicação para apoiar o desenvolvimento de ações estratégicas de comunicação para a implementação do ASL Brasil, integrando suas fases 1 e 2, com foco na produção de materiais destinados a público diverso, e apoio à produção e comunicação de iniciativas e eventos do projeto, sob supervisão do MMA

Figura 13: Visita a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro durante a Missão de Supervisão e Apoio a Implementação do Projeto ASL Brasil – Mosaico do Baixo Rio Negro, Amazonas – Julho 2024.2



Créditos: Flávio Forner

Fases 1 e 2

- **Missão de Supervisão e Apoio à Implementação do Projeto ASL Brasil (segundo semestre de 2024):** em dezembro de 2024, o Banco Mundial realizou uma missão para acompanhamento e apoio a implementação do Projeto ASL Brasil, com o objetivo de avaliar os avanços nas atividades planejadas, revisar os indicadores de resultados e discutir os desafios enfrentados. A missão contou com a participação de representantes do Banco Mundial, das Agências Executoras (FUNBIO, CI-Brasil e FGV), das Unidades Operativas (SEMA-AC, SEMA-AM, SEMAS-PA, IDEFLOR-Bio, SEDAM-RO, ICMBIO, SFB e SBIO/MMA) e da Unidade de Coordenação do Projeto ASL Brasil (SBIO/MMA). Também foi construído um repositório online no Linktree para os documentos dessa atividade, o acesso está disponível no link https://linktr.ee/missao_brasilia_aslbrasil.

Figura 14: Missão de Supervisão do Projeto ASL realizada em dezembro de 2024



Créditos: Unidade de Coordenação do Projeto (UCP)

Educomunicação

Fase 1

- Durante o segundo semestre de 2024 não foram executadas atividades vinculadas a este tema do componente 3 pela Fase 1.

Fase 2

- **Coordenação de educomunicação:** Está em execução a contratação de profissional especializado em processos educacionais para atuar na integração, coordenação e monitoramento das ações de formação e educomunicação nos territórios do projeto, em sua fase 2, em articulação entre o Departamento de Educação Ambiental (DEA) e a Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBio).

Comunicação Integrada

As ações implementadas pela comunicação integrada tiveram como objetivo ampliar a visibilidade do projeto, fortalecer a disseminação de informação qualificada e engajar diferentes públicos-alvo. A abordagem integrada buscou alinhar conteúdos e narrativas às ações e indicadores do projeto. Dessa forma, almejou apoiar a implementação e potencializar os indicadores de gênero no projeto. Com a presença em canais institucionais, mídias sociais e eventos estratégicos, a comunicação destacou ações em campo, parcerias e resultados alcançados, reforçando o compromisso do ASL Brasil com a conservação e o desenvolvimento sustentável na região.

- **Conquistas da comunicação integrada em um ano de implementação do plano de comunicação:**
 - Consolidação da identidade visual do ASL Brasil.
 - Estruturação de um banco de imagens.
 - Comunicação alinhada com agências executoras, governos estaduais e técnicos.
 - Produção de conteúdos que reforcem a atuação integrada de diferentes parceiros.
 - Produção de materiais gráficos e audiovisuais para fortalecer a comunicação do projeto.
 - Produção de relatórios, vídeos e factsheet para comunicar os impactos e entregas do ASL Brasil.
 - Ampliação da presença do projeto em canais digitais (site institucional e redes sociais).
 - Alinhamento e inclusão do ASL Brasil nas pautas divulgação do Programa ASL

- Regional.
- Fortalecimento da presença do ASL Brasil na agenda global de conectividade de paisagens.
- Destaque em eventos nacionais e internacionais, como a COP.

Cobertura de Eventos

ASL Brasil na COP16

Elaboração de estratégia ASL na COP 16. A comunicação realizou a cobertura completa das pautas do ASL Brasil durante a COP16, resultando na produção de **matérias especiais**, ampliando sua visibilidade no evento. Para fortalecer a presença da iniciativa, um vídeo foi produzido e exibido no evento, bem como foram distribuídos **adesivos e cartões colecionáveis da biodiversidade**, contendo QR Code para um Linktree exclusivo com as principais entregas do projeto no campo da biodiversidade (https://linktr.ee/asl_br_COP16).

Além disso, o projeto foi incluído no **Portfólio de entregas do MMA para as Metas Kunming-Montreal**, disponível em português e inglês, lançado durante painel expositivo da SBIO/MMA durante a COP 16.

Cobertura de ações, eventos e reuniões do projeto nos territórios, como a Oficina de Cestaria e Tingimento realizada em parceria com a Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ); reuniões dos conselhos sobre o futuro de territórios no contexto do ASL Brasil; encontros para detalhamento do Plano Operacional Anual (POA) visando avanços junto às Unidades Operativas (UOs); e o Seminário sobre Áreas Reconhecidas Internacionalmente para Conservação da Biodiversidade, entre outras iniciativas (ver quadro anexo).

Engajamento e Divulgação

- **Vídeo da Missão de Supervisão em Manaus:** ultrapassou **5 mil visualizações**.
- **2 volumes do Boletim Informativo:** matérias exclusivas foram produzidas para o boletim e para as páginas do ASL Brasil nos sites das agências executoras e do MMA.
- **Cadernos Temáticos:** participação no processo de contratação da Agência Gameleira para pesquisa, entrevistas, redação, revisão e editoração de quatro cadernos temáticos. Foram realizadas reuniões de alinhamento, construção do Plano de Trabalho e construção do briefing do primeiro caderno temático Caderno Temático Vol 1, especial Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Reuniões Estratégicas e Alinhamentos

- Realização de reuniões de **sensibilização e pauta** com as **UOs**.
- Participação nas reuniões mensais do **GT de Comunicação do ASL Regional**.
- Participação nos encontros virtuais da **Rede de Jovens da RBAC**.
- Reuniões de planejamento da **Semana da RBAC**, incluindo a construção do **plano de comunicação**, aprovação de identidade visual e peças.

Missão de Supervisão e Apoio à Implementação – Brasília (10 e 11 de dezembro)

A Comunicação Integrada prestou suporte à realização da Missão de Supervisão do ASL Brasil, criando um Linktree exclusivo para o evento (https://linktr.ee/missao_brasilia_aslbrasil) e distribuindo kits institucionais (garrafa térmica, caderno, caneta, adesivos e cartões). O evento também contou com:

- Apresentação do **balanço de resultados de 2024 na Comunicação Integrada**, alinhado ao planejamento anual.
- Criação de **Templates para apresentações** (PPT) e banner de fundo de palco com QR Code para Linktree, e seleção de músicas para os intervalos.

Outras Entregas e Participações

- Relatório MSQ 2024: consolidando dados qualitativos e quantitativos sobre os acessos às ferramentas de ouvidoria do projeto, apresentado no painel de Salvaguardas.
- Apoio à construção de TdRs, revisão de relatórios de progresso e notas de comunicação das UOs.
- Participação em eventos como a Oficina de Mídia e Conflito entre Vida Selvagem e Humana (Panamá).

MSQ – Mobilização e Divulgação

A comunicação reforçou a divulgação do **Mecanismo de Salvaguardas e Queixas (MSQ)** em todas as ações do projeto, garantindo seu acesso e visibilidade.

- **Ações em campo:** mobilização direta em eventos e oficinas para promover o MSQ como canal confiável de comunicação.
- **Mensagens institucionais:** presença do MSQ em boletins, releases, postagens em redes sociais e comunicados.
- **Materiais gráficos:** desenvolvimento e compartilhamento de banners e cards com todas as UOs e agências executoras.
- **Destaque nos sites do ASL Brasil**, com espaço fixo na página principal.
- **QR Code direcionado ao formulário MSQ**, inserido em diversos materiais de comunicação.

A relação das entregas da comunicação integrada está disponível no Quadro Resumo de Entregas da Comunicação Integrada (Anexo G).

6. Salvaguardas

Quadro 3: Resumo do preenchimento de listas de verificação de salvaguardas pelas UOs

UO	Nº de listas enviadas	Nº de listas preenchidas	Nº de planos de ação elaborados
FUNBIO – Fase 1			
Programa ARPA	-	-	-
CI-Brasil – Fase 1			
ICMBIO	7	7	6
MMA	-	-	-
SEMA-AM	2	2	2
SEMA-AC	1	1	1
SFB	-	-	-
SEDAM-RO	3	-	2
IDEFLOR-BIO	-	-	Em elaboração
SEMAS-PA	-	-	Em elaboração
TOTAL Fase 1	13	11	11
FGV – Fase 2			
ICMBio	-	-	-
MMA	4	3	1
IDAM-AM	-	-	-
SEMAPI-AC	-	-	-
FUNTAC-AC	-	-	-
SEDAM-RO	-	-	-
IDEFLOR-BIO	-	-	-
SEMAS-PA	-	-	-
TOTAL Fase 2	4	3	1

Fonte: Conservação Internacional do Brasil e Fundação Getúlio Vargas

Componente 1 – Fase 1

Durante o período, o FUNBIO avançou com contratações e aquisições essenciais para o Programa ARPA, focando em atividades relacionadas ao progresso e manutenção dos marcos referenciais apoiados. Consultorias foram contratadas para diversas finalidades, e foram adquiridos insumos e serviços logísticos para atividades de campo e participação social nas Unidades de Conservação (UCs). Cada contratação passa por uma análise minuciosa pelas instâncias do Programa, conforme o manual operacional estabelecido. O FUNBIO realiza uma avaliação criteriosa em última instância, assegurando que as atividades e insumos estejam em conformidade com as premissas de salvaguardas e elegibilidade do Programa.

- Os contratos resultantes atendem a normas e cláusulas de segurança operacionalizadas pelo FUNBIO, destinadas a prevenir impactos adversos conforme as políticas de salvaguardas.
- Os parceiros gestores das UCs recebem capacitação do FUNBIO sobre as diretrizes de salvaguardas e acionamento dos canais de queixas e reclamações.
- Durante este período, o canal destinado a reportes de salvaguardas relacionados ao ASL não foi acionado.

Componentes 2, 3 e 4 – Fase 1

O acompanhamento das conformidades das salvaguardas tem sido realizado em etapas, através da análise e correção de termos de referência e especificações técnicas para a contratação de produtos e serviços nos diferentes temas apoiados pelo projeto. Esse acompanhamento ocorre nas reuniões de abertura das contratações e na análise dos produtos entregues, seja pelas equipes das UOs como pelas equipes técnicas da CI. As principais atividades com termos de referência analisados foram:

Quadro 4: Principais atividades da Fase 1 com TdR analisados para avaliação de salvaguardas

Termo de Referência	UO
Contratação de consultoria pessoa jurídica para aplicação e aperfeiçoamento dos Protocolos de Avaliação e Monitoramento da Efetividade dos Conselhos Gestores	ICMBio
Contratação de serviço para implantação de 100 ha de SAFs para fins de restauração florestal em áreas de territórios coletivos (Territórios quilombolas, Projetos de Assentamentos Agroextrativistas)	SEMAS-PA
Contratação de consultoria PJ para realizar estudos de viabilidade técnica para Concessões Florestais de Produtos Não Madeireiros	SFB

Fonte: Conservação Internacional do Brasil

Em cada TdR são observados, para além de questões técnicas referente ao escopo dos serviços a serem contratados, e quando envolvem possibilidade de contato ou envolvimento com comunidades, a realização de mapeamento das comunidades locais e dos atores sociais que poderão ser envolvidos nas atividades e indicação de ações para comunicação, engajamento e mobilização social, incentivando a participação de mulheres, jovens e comunidades. E quando se trata de iniciativas de restauração, também são observadas as ações para diagnóstico e mapeamento prévio das áreas a serem restauradas. Um texto padrão sobre as salvaguardas é recomendado, incluindo o MSQ e a coleta de dados e informações sensíveis que devem cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados.

Foi realizada a apresentação das salvaguardas e MSQ nas reuniões com a SEMAS-PA, ICMBio, SEDAM-RO e as empresas contratadas para a execução de: 1) a *Implantação de 100 ha de SAFs*; 2) *Monitoramento da Regeneração Natural - Parna Serra do Pardo e Resex Rio Xingu* e 3) *Elaboração e revisão de 15 planos de Manejo de UC em RO*.

Os principais desafios ainda são o entendimento, por parte de cada Unidade Operativa, sobre como monitorar os aspectos sobre as salvaguardas durante o desenvolvimento das atividades contratadas, identificar o que deve ser observado e solicitar correções quando necessário.

Atividades de Restauração

A equipe técnica do ICMBio responsável pelo acompanhamento das atividades de restauração tem realizado o monitoramento contínuo e conseguido, não somente orientar as equipes das consultorias contratadas, mas também identificar, antes do início da realização das atividades em campo, as necessidades e as ações que devem ser tomadas.

Na Terra do Meio - **Monitoramento da Regeneração Natural e Mapeamento de Pressões e Conflitos em 3 UCs no NGI Terra (PA)**, o ICMBio solicitou informações nos relatórios sobre o uso de herbicidas, corantes ou outros produtos químicos; orientou sobre a necessidade de solicitar autorização para o manejo das espécies exóticas invasoras, com o uso de herbicidas, conforme previsto no Guia de Orientação para o Manejo de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades de Conservação Federais, junto à Coordenação de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras (CMEEI), para adequação dos processos anteriormente autorizados.

Nas atividades de **restauração em 500 hectares de áreas alteradas ou degradadas** em imóveis rurais de até 4 módulos fiscais, em 13 municípios em RO, a UO solicitou detalhamento das informações sobre o processo de isolamento das áreas, conforme estabelecido no contrato.

Nos dois casos, as UOs também realizaram visitas de campo para avaliar a qualidade dos serviços prestados. Essas solicitações demonstram que as UOs estão atentas para a implementação das atividades e, ao mesmo tempo, estão compreendendo a necessidade de monitorar as salvaguardas socioambientais.

Como parte do monitoramento em campo, durante a oficina Construindo um **Protocolo de Monitoramento dos Acordos de Pesca** do Estado do Amazonas, foi possível observar e verificar o cumprimento dos requisitos para a consulta e participação das comunidades na construção do protocolo. Um técnico da CI esteve presente e teve a oportunidade de falar sobre o MSQ.

Plano de Manejo de Unidade de Conservação

O ICMBio, em atenção aos aspectos de salvaguardas, está realizando Consulta Livre Prévia e Informada nas comunidades no interior e entorno da Resex Alto Juruá, conforme Parecer da Procuradoria do próprio órgão. Essa consulta é um passo importante devido a sobreposição da Resex Alto Juruá com a TI Arara do Rio Amônia para que os locais, indígenas e não indígenas possam compreender o que representa o plano de manejo da UC e prepará-los para as rodadas de oficinas para a elaboração do plano.

À medida que o projeto caminha para a sua finalização, o reforço deverá ser no acompanhamento das atividades em campo, pois haverá menos termos de referência a serem elaborados e, na solicitação de informações nos relatórios e produtos para identificar as evidências do cumprimento das salvaguardas, via planos de gestão socioambiental elaborados a partir dos planos de trabalho.

Componente 1, 2, 3 e 4 – Fase 2

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia – ASL busca promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável em territórios estratégicos da Amazônia. No Médio Juruá, as ações do projeto estão alinhadas às diretrizes de salvaguardas ambientais e sociais, garantindo a preservação da biodiversidade e o respeito aos modos de vida das comunidades tradicionais. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se o Monitoramento de Quelônios e o Curso de Cestaria com uso de cipó extraído da floresta, apoio a realização de assembleias de conselhos e associações de base comunitárias ambas com desafios específicos a serem enfrentados.

Atividades e Desafios

1. Monitoramento de Quelônios

A atividade tem como objetivo acompanhar e proteger populações de quelônios no Médio Juruá, promovendo ações de conservação que envolvem o manejo comunitário dos ninhos, a proteção contra predadores e a liberação de filhotes em áreas seguras.

Desafios

- **Engajamento comunitário:** Garantir a participação ativa das comunidades locais no monitoramento e proteção dos ninhos.
- **Pressões externas:** Combate à caça ilegal e ao tráfico de quelônios, que ainda representam riscos para a espécie.

- **Monitoramento contínuo:** Necessidade de recursos e capacitação para o acompanhamento regular das populações de quelônios.

2. Curso de Cestaria para Mulheres do Médio Juruá

A Associação de Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (ASMAMJ), com apoio do Projeto ASL, realizou o Curso de Cestaria para Mulheres, promovendo o fortalecimento do conhecimento tradicional e a geração de renda para ribeirinhas. O curso capacitou 60 mulheres de 12 comunidades do Rio Juruá no uso do Arumã na produção artesanal, resgatando uma tradição ameaçada pela falta de incentivo. Entre 11 e 13 de dezembro de 2024, a 1ª Oficina de Capacitação foi realizada na Comunidade Ouro Preto, reforçando a cestaria como identidade cultural e empoderamento feminino. A iniciativa valoriza o uso sustentável dos recursos naturais e a autonomia econômica das mulheres, garantindo a preservação dessa arte ancestral, e em observância a Plano de Gênero do Projeto ASL Fase 2.

Desafios

- **Sustentabilidade da matéria-prima:** Garantia de manejo adequado do cipó para evitar a sobre-exploração e assegurar sua regeneração natural.
- **Mercado e comercialização:** Ampliação de canais de venda para os produtos artesanais, garantindo acesso a mercados justos e valorização da produção local.
- **Transmissão de conhecimentos:** Envolvimento dos jovens na prática da cestaria, assegurando a continuidade da tradição cultural.

3. Realização de Assembleias no Território do Médio Juruá e no Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro

Durante o período de execução, foram realizadas 02 das 14 assembleias previstas para o Território do Médio Juruá e 1 das 3 previstas para o Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro. Essas assembleias têm como objetivo promover a participação ativa dos membros na tomada de decisões e na definição dos rumos da organização, sendo uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da gestão e governança nos territórios.

A realização das assembleias contribui para engajar os associados, estimulando um ambiente colaborativo dentro da associação. Além disso, elas desempenham um papel crucial na construção de confiança entre os membros e a diretoria, fator essencial para o sucesso a longo prazo da organização. Esse processo fortalece a participação e a mobilização social, elementos centrais para a sustentabilidade das ações e o desenvolvimento das comunidades no contexto do projeto.

Desafios

- **Dificuldades Logísticas e Acesso Remo** - O Território do Médio Juruá e o Mosaico do Baixo Rio Negro são áreas remotas e de difícil acesso, o que limita a mobilidade das equipes e a participação dos membros nas assembleias. A infraestrutura de transporte na região é precária, dificultando o deslocamento de participantes e materiais necessários para a realização das reuniões.

- **Escassez de Fornecedores Locais e Recursos para Organização** - A falta de fornecedores locais qualificados para apoiar na organização das assembleias (como serviços de transporte e logística) é um desafio importante. Além disso, a escassez de recursos para viabilizar a infraestrutura necessária também pode comprometer a realização das atividades no cronograma estabelecido.
- **Desinteresse de Alguns Membros e Falta de Engajamento** - A desmobilização ou o desinteresse de alguns membros em participar ativamente das assembleias pode ser um obstáculo para o sucesso dessas atividades. Esse desengajamento pode ocorrer por diversos motivos, como questões de comunicação, desinformação ou cansaço com a repetição de processos.
- **Exigências Burocráticas e Processos Complexos** - O cumprimento de exigências burocráticas, como cadastros e registros formais para a participação, pode desmotivar a participação de alguns membros. Isso pode gerar resistência à participação nas assembleias, dificultando o engajamento e comprometendo a efetividade da atividade.
- **Impactos Climáticos e Estacionais** - A realização das assembleias no período de seca ou estiagem pode ser afetada pela redução do nível dos rios e pelas condições climáticas adversas, que dificultam o acesso e o transporte de recursos, além de impactar a presença de participantes.
- **Desafios no Planejamento e Execução das Assembleias** - A necessidade de um planejamento detalhado para garantir que todas as assembleias sejam realizadas dentro do prazo e de acordo com os objetivos estabelecidos é crucial. O não cumprimento das datas e a falta de organização podem prejudicar o andamento do projeto e afetar a confiança dos parceiros locais no projeto.

A implementação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) no Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL) tem sido fundamental para garantir a participação ativa de comunidades, organizações locais e outros atores estratégicos. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) tem adotado metodologias participativas para alinhar as ações do projeto às realidades locais, promovendo a transparência e a corresponsabilidade por meio de consultas públicas, oficinas e reuniões com diversos grupos, como comunidades ribeirinhas e povos indígenas.

Um desafio enfrentado tem sido a adaptação das estratégias de comunicação, dada a diversidade sociocultural e as barreiras geográficas das áreas de atuação. Em relação à equidade de gênero, a FGV tem trabalhado para ampliar a inclusão das mulheres nas atividades do projeto, com destaque para a capacitação em atividades produtivas sustentáveis e o fortalecimento da liderança feminina, como exemplificado pela perspectiva de apoio à criação de redes de mulheres no Baixo Rio Negro no Amazonas.

Uma ação prática foi a contratação de monitores para cuidar das crianças enquanto as mães participavam de um curso de cestaria no Médio Juruá. Isso superou um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres, permitindo sua participação plena nas atividades do projeto, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

O PEPI tem sido essencial para fortalecer a participação das comunidades e promover a equidade de gênero, assegurando que as ações do projeto atendam às necessidades locais e ampliem as capacidades das comunidades.

A implementação dessas atividades exige um equilíbrio entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, garantindo que os benefícios do projeto sejam sustentáveis a longo prazo. O respeito às salvaguardas ambientais e sociais do ASL é essencial para fortalecer a participação das comunidades locais e assegurar a efetividade das ações.

No âmbito da execução da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o monitoramento das salvaguardas também incluiu a análise e revisão de termos de referência e especificações técnicas para a contratação de produtos e serviços nos diferentes temas apoiados pelo Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia. Dado o caráter diversificado das atividades, foi desenvolvido um texto padrão com recomendações de salvaguardas a serem incorporadas nas especificações técnicas e termos de referência. Entre essas recomendações, destaca-se a exigência de que as políticas de salvaguardas do projeto sejam rigorosamente observadas pelas contratadas, na totalidade do que for aplicável. A submissão de propostas implica no pleno conhecimento e concordância quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecidos, especialmente no que se refere ao Marco de Gestão Socioambiental e ao Marco de Políticas com Povos Indígenas. Esse compromisso será posteriormente verificado por meio de contatos e reportes, garantindo que todas as atividades estejam alinhadas às diretrizes socioambientais do projeto.

Para as demais atividades realizadas, o monitoramento da salvaguarda de Gênero e Desenvolvimento foi rigorosamente aplicado. Esse monitoramento foi realizado por meio da verificação da lista de convidados e da aplicação de listas de presença, com o objetivo de garantir a não discriminação de gênero na concepção e implementação das atividades. Não foram identificados outros pontos de atenção em relação às demais salvaguardas, uma vez que atividades como seminários, reuniões e capacitações não apresentaram impactos socioambientais negativos.

Em conformidade com as premissas de salvaguardas do Programa ASL, todas as contratações e insumos necessários para a execução das atividades são submetidos a uma avaliação rigorosa, a fim de garantir o pleno cumprimento dessas premissas. Isso inclui a aplicação da Declaração de Salvaguardas Socioambientais para todas as atividades, garantindo que todos os parceiros envolvidos estejam plenamente cientes da existência e importância das salvaguardas para o sucesso do projeto. Durante a execução das atividades e até o momento deste relatório, não foram registradas ocorrências relacionadas às salvaguardas socioambientais do projeto que possam gerar impactos negativos.

7. Fatores Críticos que Afetaram o Desempenho do Projeto

Meta de Consolidação das UCs ARPA

- Na Fase 1 do ASL, Fase 3 do Programa ARPA, a avaliação de desempenho dos Marcos Referenciais revela desafios críticos para a consolidação das Unidades de Conservação (UCs) até 2026. A complexidade de algumas metas, aliada a fatores externos como mudanças políticas, restrições orçamentárias e questões socioeconômicas, tem dificultado a execução das ações necessárias. Esses obstáculos prejudicam o cumprimento das metas essenciais, comprometendo a consolidação das UCs e os resultados a longo prazo do programa. Implementação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Código Florestal)
- Na execução de atividades do componente 3 da Fase 1, foram identificadas barreiras na sensibilização e mobilização de produtoras(es) rurais para adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) dos estados, bem como limitações de pessoal, técnica e processual para a elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADAs) e assinatura de Termos de Compromisso Ambiental (TCAs);

Condições Ambientais Adversas na Amazônia

- Durante a execução da Fase 1, desafios climáticos, como chuvas intensas, enchentes, seca extrema e incêndios florestais, aliados a características geográficas, como florestas densas e terrenos acidentados, dificultaram a execução de algumas das atividades de campo, alterando as etapas de implantação das atividades e plantio, impactando no andamento de ações do projeto.

Escassez de Empresas na Região para Execução de Serviços

- A limitação de empresas qualificadas nas regiões para a realização de serviços de restauração previstos no POA 4 da Fase 1, dificultou a contratação e implementação ágil do processo, resultando em desafios para garantir a execução dentro dos prazos e padrões esperados. A escassez e o desinteresse de fornecedores locais têm sido fatores críticos que impactaram negativamente o desempenho da Fase 2 do projeto. A baixa oferta de prestadores de serviços e fornecedores qualificados limita a competitividade e aumenta os custos operacionais, dificultando o cumprimento dos prazos estabelecidos no Plano Operativo Anual. Além disso, o desinteresse dos fornecedores em atender às exigências burocráticas, como o cadastro no portal de fornecedores, e as condições contratuais complexas impõem barreiras adicionais à participação de empresas locais, restringindo ainda mais as opções disponíveis e gerando atrasos no cronograma de execução das atividades. Esse cenário exige uma adaptação no planejamento estratégico do projeto, que deve considerar a realidade local e a complexidade da logística em áreas remotas. Para mitigar esse fator crítico, foram adotadas medidas alternativas, como a busca por fornecedores em regiões próximas, a capacitação de agentes locais para atender às demandas do projeto e, quando possível, a flexibilização de processos dentro dos limites regulatórios. Essas medidas visam não apenas superar a escassez de fornecedores, mas também fortalecer a rede de fornecedores locais, garantindo maior eficiência e resiliência no processo de execução do projeto.

Assinaturas dos ACTs da Fase 2

- A lentidão na tramitação e assinatura de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com as Unidades Operativas (UOs) para iniciar a execução das ações planejadas se apresentam um risco para o cronograma de execução do projeto. Para minimizar essa questão, a FGV e a UCP têm mantido o acompanhamento constante com as partes interessadas para

finalizar o processo ao final de janeiro de 2025. Status: 2 (dois) ACTs assinados; 3 (três) em tramitação para assinatura; e 2 (dois) em fase de ajustes finais.

8. Riscos e Oportunidades que Podem Afetar o Desempenho do Projeto

Componente 1 – Fase 1

Riscos internos

- O principal risco a ser considerado é a não realização do terceiro desembolso do projeto para o Fundo de Transição. A modelagem financeira do Programa ARPA contabiliza a entrada desses recursos para a implementação da estratégia de longo prazo do fundo de transição. Os recursos são importantes para garantir a melhoria de gestão das UCs e manutenção delas ao longo dos próximos anos. Medidas de mitigação do risco vem sendo adotadas, como a solicitação de extensão de prazo do contrato entre FUNBIO e Banco Mundial, além de tratativas por parte do FUNBIO e MMA com o BNDES, no sentido de obtenção de celeridade por parte do Fundo Amazônia, na apreciação e aprovação da proposta submetida.

Riscos externos

- A gestão eficaz de uma Unidade de Conservação depende do acesso às áreas prioritárias e da mobilização para ações de manejo, proteção e rotina. Em contextos de seca extrema, a navegação pode ser prejudicada, dificultando o deslocamento de equipes e a execução das atividades. Isso compromete a resposta a emergências, como incêndios, eleva os custos operacionais, atrasando ações essenciais para a conservação. Adicionalmente, o programa vem lidando com pedidos de apoio extraordinário para provimento básico de segurança alimentar e higiene para populações de UCs apoiadas sob vulnerabilidade a eventos climáticos.

Oportunidades externas

- Como oportunidades cabe destaque para a possibilidade de discussão dos impactos do Programa ARPA e da estratégia de consolidação das UCs, buscando aprimorar e calibrar expectativas em relação a consolidação das UCs. Durante os últimos anos medidas vêm sendo discutidas e implementadas para lidar com a capacidade de investimento e consolidação em marcos referenciais mais difíceis como, por exemplo, a demarcação de UCs, ou mesmo estratégicos como a revisão de planos de manejo. Espera-se que essas análises e discussões levem a um aprimoramento do Programa.

Oportunidades internas

- A reativação da newsletter ARPA Samaúma é uma oportunidade estratégica para fortalecer a comunicação interna, valorizar as experiências das UCs, promover o compartilhamento de boas práticas entre os gestores e stakeholders do projeto, e reforçar o senso de pertencimento entre as equipes e parceiros do programa.

Componentes 2, 3 e 4 – Fase 1

Riscos internos

- Rotatividade de equipe: embora a conservação internacional – CI/Brasil disponha de uma equipe experiente e qualificada para atender as demandas do projeto ASL, a alta rotatividade

de colaboradores(as), devido à grande demanda por profissionais para atuar na implementação de projetos socioambientais na Amazônia brasileira, poderá impactar negativamente o andamento do projeto, afetando a qualidade e a pontualidade das entregas finais.

Riscos externos

- **Priorização de gestão:** o apoio e a participação das partes interessadas incluindo comunidades locais, governo estadual e federal (as unidades operativas) são fundamentais para o sucesso do projeto. A não priorização do Projeto ASL nas entidades governamentais representa um risco significativo, considerando a capacidade limitada de recursos humanos. Isso pode comprometer a execução das atividades, uma vez que as UOs executam projetos complexos como o projeto paisagens sustentáveis da Amazônia, além das demandas internas, o que pode atrasar ou até inviabilizar algumas etapas do projeto.
- **Eventos Climáticos Extremos:** as alterações nos padrões climáticos podem afetar a sobrevivência das espécies plantadas, aumentar a frequência e intensidade dos incêndios florestais e promover a proliferação de espécies invasoras, que competem com as nativas. Esses fatores poderão prejudicar iniciativas de restauração e regeneração natural, causar danos ao ecossistema e comprometer os resultados e a efetividade do projeto a longo prazo.

Oportunidades externas

- **Sinergia com outros projetos:** possibilidade da continuidade das ações iniciadas com o projeto ASL nos Estados. A título de exemplo, ampliação de áreas em processo de restauração e regeneração natural iniciadas com o apoio do ASL.

Oportunidades internas

- **Gestão de projeto:** aprimoramento da ferramenta (Monday) para o monitoramento da execução física e financeira do projeto e para a tomada de decisões (revisão trimestral, monitoramento das entregas).

Componentes 1, 2, 3 e 4 – Fase 2

Riscos internos

- **Atraso na celebração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs)** - A demora na formalização dos ACTs durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro impacta a execução do Plano Operativo, uma vez que esse período coincide com o encerramento do exercício fiscal e recessos institucionais. Como consequência, ocorrem dificuldades na mobilização de recursos, na contratação de serviços e na implementação das atividades planejadas. Esse cenário aumenta o risco de atrasos na entrega dos resultados, exigindo readequação de prazos e podendo comprometer o cumprimento das metas estabelecidas. Durante o segundo semestre de 2024, foram formalizados os ACTs do ICMBio e da SEMA-AC, porém, a experiência evidencia a necessidade de estratégias para reduzir impactos futuros.
- **Instrumentos para execução direta junto aos territórios focais** – os instrumentos de execução do projeto foram concebidos para execução via institucionalidade pública e geram uma série de desafios administrativos quando da necessidade de execução descentralizada junto a territórios e suas organizações locais. Estamos adotando estratégias de elaboração de TDRs que agrupem atividades importantes para planos de ação dos territórios e outras estratégias, como contratos “guarda chuva” para aquisições de insumos recorrentes, como combustível ou alimentação, em municípios específicos.

Riscos externos

- Escassez de fornecedores e infraestrutura logística limitada - A realização das assembleias no território do Médio Juruá, Estado do Amazonas, enfrenta desafios operacionais significativos, especialmente no período de seca e estiagem, quando a redução do nível dos rios dificulta a navegação. Isso impacta o transporte de equipes e materiais, aumentando custos e prazos operacionais. Além disso, a baixa disponibilidade de prestadores de serviços na região pode comprometer a participação das comunidades e a execução das atividades dentro do cronograma previsto. Para mitigar esses riscos, é essencial um planejamento detalhado, alinhado à realidade local, considerando alternativas logísticas e ajustes estratégicos para garantir a continuidade das ações.

Oportunidades externas

- Atualmente, não foram identificadas oportunidades externas diretamente aplicáveis à execução do projeto. No entanto, o monitoramento contínuo do cenário externo é essencial para identificar potenciais parcerias, financiamentos complementares e sinergias institucionais que possam fortalecer as ações planejadas. Acompanhamentos regulares junto a atores estratégicos, políticas públicas e programas em andamento podem revelar oportunidades futuras para otimizar a implementação do projeto e ampliar seu impacto.

Oportunidades internas

- Fortalecimento da execução e gestão do projeto por meio do MOP IV - A incorporação de ferramentas e mecanismos de compra no Manual Operacional do Projeto (MOP IV) representa uma oportunidade de padronização e aprimoramento dos fluxos de compras, especialmente para pequenas aquisições e adiantamentos. A definição de modelos de documentos e critérios claros de evidências reforça a transparência, a eficiência e a rastreabilidade dos processos. Além disso, a implementação dessas melhorias contribui para a curva de aprendizado da equipe, promovendo maior agilidade na tomada de decisão e mitigando riscos operacionais. Esses aprimoramentos foram aprovados pela Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) e pelo Banco Mundial (BM), fortalecendo a governança e a execução financeira do projeto.
- Aprimoramento da aproximação, planejamento e execução junto a dezenas de organizações locais que são parte de coletivos territoriais e de governança de IMAs prioritários.

Comunicação integrada

Riscos internos

- Tempo (“timing”) dos processos da comunicação é diferente do andamento do projeto, o que pode gerar dificuldades na execução das atividades.
- Ausência de vivência nos territórios de ação do projeto por parte da equipe da comunicação integrada, risco que é mitigado pelo alinhamento constante com os pontos focais técnicos e de comunicação das Unidades Operativas.

Oportunidades internas

Avaliação junto a todos os envolvidos na implementação do planejamento da comunicação integrada para continuidade das iniciativas bem-sucedidas e o refinamento das estratégias para ampliar ainda mais o impacto do projeto. Incluindo o aperfeiçoamento de estratégias para uma comunicação mais próxima aos beneficiários e atores-chave no território do ASL.

9. Lições Aprendidas

Fortalecimento da Comunicação na Gestão das Unidades de Conservação do Programa ARPA

- A comunicação entre gestores das UCs e as equipes do Programa ARPA necessitava de aprimoramentos devido à rotatividade e à limitação dos canais tradicionais (telefone, e-mail e sistema cérebro), o que dificultava o fluxo ágil de informações. A implementação de novas ferramentas de comunicação, como WhatsApp, Teams, a reativação da Newsletter, junto com as capacitações temáticas, mostrou-se eficaz em otimizar esse fluxo, promovendo uma interação mais rápida e acessível. Isso facilitou o acompanhamento ágil das informações e manteve os envolvidos bem-informados. A recomendação é manter e expandir o uso dessas ferramentas, personalizando as mensagens para diferentes públicos, a fim de melhorar ainda mais a gestão do programa. Planejamento estratégico com cronogramas bem definidos e flexíveis para lidar com imprevistos logísticos e ambientais
- O planejamento estratégico é fundamental para o sucesso de qualquer projeto, pois estabelece objetivos claros e cria um caminho estruturado para alcançá-los. Uma lição importante é a elaboração de cronogramas bem definidos, que ajudam a organizar atividades, distribuir responsabilidades e monitorar o progresso. No entanto, a flexibilidade é essencial. Imprevistos logísticos e ambientais são inevitáveis, e a capacidade de ajustar o cronograma rapidamente diante dessas mudanças é crucial para minimizar impactos negativos e aproveitar oportunidades. Portanto, a combinação de cronogramas bem estruturados e flexíveis é fundamental para garantir a resiliência do projeto e o cumprimento eficaz de seus objetivos.

Comunicação integrada com o foco na visibilidade do projeto ASL

- A comunicação integrada é fundamental para o sucesso de projetos, especialmente em iniciativas com impacto significativo na sociedade e no meio ambiente, como o Projeto ASL Brasil. Ela desempenha um papel essencial na divulgação dos objetivos e resultados alcançados, aumentando a visibilidade e o engajamento dos stakeholders. Utilizando diversos canais, como redes sociais, mídia tradicional, eventos e publicações, a comunicação integrada contribui para uma coordenação eficaz entre as partes envolvidas. Além disso, uma estratégia bem planejada ajuda a mitigar desafios e conflitos, promovendo um ambiente de colaboração produtiva.

Integração e fortalecimento por meio das ações de campo

- As ações de campo são fundamentais para o sucesso do projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, pois viabilizam a implementação prática das estratégias de conservação e uso sustentável dos ecossistemas amazônicos. A colaboração com comunidades locais, governos estadual, federal e outras partes interessadas garante a coordenação eficaz dos esforços. A integração das ações de campo fortalece tanto as estratégias ambientais quanto as comunidades e governos subnacionais, promovendo o desenvolvimento sustentável na região amazônica.

Planejamento e formatos flexíveis híbridos (presencial e online) são cruciais para eventos e reuniões, otimizando participação e custos

- A adoção de planejamento em formatos flexíveis híbridos, que combinam modalidades presenciais e online, foi essencial para otimizar a participação e reduzir custos em eventos

e reuniões. Essa abordagem facilitou a inclusão de participantes de diferentes localidades, permitindo maior colaboração e engajamento, especialmente em um contexto globalizado. A flexibilidade de escolher entre a participação presencial ou online aumentou a acessibilidade e o envolvimento nas entregas do projeto.

Aprimoramentos na gestão dos contratos prioritários e no processo de avaliação trimestral para assegurar a plena implementação das ações do projeto até o encerramento da Fase 1

- Criação de um novo quadro no Monday para acompanhamento próximo dos contratos prioritários (acima de R\$ 600 mil, e/ou com impacto no indicador de restauração) e disparo de alertas para gerenciamento de riscos rumo à finalização da Fase 1. Retomada e adequação da metodologia para as avaliações trimestrais do projeto, visando embasar a tomada de decisão pela UCP, a comunicação eficiente junto às UOs e o uso estratégico dos recursos do projeto.
-

Instrumentos de Planejamento

As informações disponíveis no Plano Operativo aprovado pelo comitê não esgotam as necessidades para execução. É necessário um detalhamento mais aprofundado das demandas na etapa técnica, que antecede a elaboração do Termo de Referência, Aviso de Especificação de Licitação, dentre outros. Esse processo é essencial para levantar e compreender todas as necessidades da Unidade Operativa, garantindo a obtenção dos resultados esperados. No contexto da execução do Plano Operativo Anual (POA) 2, a aplicação da metodologia 5W2H tem se mostrado uma ferramenta estratégica essencial para fortalecer o planejamento e a gestão das atividades. Essa abordagem permite maior previsibilidade, eficiência e controle sobre a execução das ações, contribuindo para a mitigação de riscos e a otimização do uso dos recursos disponíveis.

A adoção do formulário Levantamento de Requisitos, aliada à metodologia 5W2H, aprimora significativamente o planejamento e a execução do Plano Operativo Anual. Essa abordagem proporciona uma visão estruturada das demandas, contribuindo para a mitigação de riscos, a otimização da alocação de recursos e o aumento da eficiência operacional. Além disso, subsidia o monitoramento das salvaguardas e a elaboração dos documentos necessários para a execução efetiva das atividades, garantindo o cumprimento das metas e indicadores do projeto.

- Dentre os principais avanços observados, destacam-se: (i) Histórico detalhado da demanda e dos parceiros vinculados – A construção de um repositório estruturado de informações permite não apenas aprimorar o monitoramento das atividades do ASL, mas também ampliar o escopo de análise para além do projeto, fortalecendo sinergias com outras iniciativas e atores estratégicos; (ii) Definição de requisitos para avaliação preliminar de salvaguardas, plano de gênero e engajamento das partes interessadas – A antecipação desses aspectos no planejamento técnico viabiliza uma implementação mais estruturada e alinhada às diretrizes socioambientais do projeto, prevenindo riscos e garantindo maior participação dos beneficiários. (iii) Organização das informações para divulgação e comunicação – O uso de dados padronizados e sistematizados facilita a disseminação das ações do projeto em diversos canais, assegurando transparência e promovendo o compartilhamento de boas práticas. (iv) Estabelecimento de uma linha base documentada para acompanhamento da demanda – A formalização dos registros técnicos permite ajustes e remanejamentos devidamente documentados por meio de notas técnicas, garantindo rastreabilidade e maior previsibilidade na execução das atividades.

10. Próximos Passos

Plano de Ação Elaborado na Missão de Supervisão e Apoio a Implementação de Dezembro de 2024

Ações	Responsável	Prazo
Assinatura dos ACTs pendentes entre UOs e FGV	FGV + UOs+ MMA	Janeiro 2025
Reunião Anual do ASL regional	ASL Regional + UGP	24-27 Março de 2025
Envio do POA 25/26	UCP	Abril de 2025
Missão de apoio a implementação	UCP + Banco	12 a 16 de Maio 2025
Envio do Relatório de progresso do primeiro semestre de 2024	UCP	Até o final de Janeiro de 2025
Envio do Relatório de progresso do segundo semestre de 2024, incluindo: (a) implementação do Plano de Gênero; (b) gestão das políticas de salvaguardas sociais e ambientais; (c) os IFRs do período; (d) os valores financiamento paralelo; (e) plano de ação para os próximos seis meses.	UCP	Até o final de Fevereiro 2025
Planejar de forma conjunta a participação e a apresentação dos resultados do ASL na COP30 em Belém	COP	
Finalizar a revisão do MOP e enviar ao Banco Mundial	CI-Brasil; FGV	27 de Fevereiro 2025
Realizar reunião de alto nível sobre o projeto com os Estados, MMA e Banco Mundial para apresentar resultados e desafios do projeto	Banco Mundial + MMA	Março de 2025
Treinamento no uso dos formulários de ESIRT para as UOs, CI, Funbio	Banco Mundial	Março
Oficina sobre os procedimentos e monitoramento das atividades de gestão das políticas de salvaguardas	Banco Mundial + CI	Janeiro/Fevereiro de 2025
Webinar sobre processos de aquisição e o uso do STEP para as Unidades Executoras	Banco Mundial	22 e 23 de Janeiro no período da manhã
Envio de quadro síntese sobre o status das atividades de aquisições: aquisições não iniciadas e planejadas até jun 25; aquisições em andamento com status atual do processo e previsão da contratação e finalização dos serviços; aquisição contratadas e em execução, com o status atual; cronograma físico financeiros x realizado dos contratos em andamento	CI-Brasil e FGV	20 de Dezembro de 2024
Envio do levantamento dos cofinanciamentos por UOs do ASL1 e ASL2 atualizadas	CI-Brasil e FGV	31 de Janeiro de 2025
Enviar a atualização dos nomes e cargos dos pontos focais nas UOs	UOs	15 de Janeiro de 2025

Componente 1 – Fase 1

- Incidência junto ao BNDES visando cumprimento de todos os requisitos para aprovação do projeto gatilho da liberação do terceiro desembolso de U\$ 10 mi pelo Banco Mundial à agência executora FUNBio, para o fundo de transição do ARPA;

Após a realização de uma pesquisa com gestores do Programa sobre a implementação de mecanismos de execução disponibilizados para o Programa, foi elaborado um plano de ação para melhoria dos mecanismos de execução mais demandantes, de acordo com avaliação dos usuários. No segundo semestre de 2024 se deu o início da implementação e monitoramento do plano de ação. Foram realizadas capacitações temáticas e dado início a implementação de uma série de melhorias que devem tornar os mecanismos foco das ações, mais eficientes e efetivos para a gestão das áreas protegidas. O plano deve ser implementado com previsão de finalização no primeiro semestre de 2025. Dentre as principais ações constam no documento:

- Reuniões de escuta com as UCs mais demandantes, visando entender e detalhar as demandas de melhoria.
- Treinamento adicional para o programa, dentro dos assuntos identificados com maior deficiência de conhecimento por parte dos usuários
- Desenvolvimento e implementação de melhorias, visando a adaptação e melhoria contínua de processos.
- Melhoria de regramentos e manuais de usuários.
- Recolhimento de feedback dos usuários e das equipes envolvidas, para verificar se as melhorias propostas estão impactando positivamente a gestão das (UCs).

Componentes 2, 3 e 4 – Fase 1

- Construção e apresentação de um plano com as etapas e processos necessários para concluir o projeto ASL, conforme as condições gerais estabelecidas pelo Banco Mundial e as orientações do MMA;
- Contratação do relatório de lições aprendidas sobre a Fase 1 do projeto e discussão sobre o relatório de impacto do projeto junto à UCP/MMA;
- Apoio ao planejamento e execução de ações do GT de Comunicação Integrada para visibilidade do projeto, inclusive relativas às publicações temáticas e atividades preparatórias para a COP30, quando cabíveis;
- Organização da missão de supervisão em Rondônia, com visitas a áreas em restauração em UCs, áreas privadas e parceiros locais.
- Pactuações e apoio às UOs para aceleração da execução física financeira das atividades já planejadas do projeto.

Componentes 1, 2, 3 e 4 – Fase 2

- Pactuação e assinatura dos demais ACTs do projeto ASL Brasil na sua Fase 2.
- Revisão do POA 2 e elaboração do POA 3.
- Aprimorar o debate junto às UOs da necessidade de monitoramento de áreas de restauração implementadas ao longo do projeto

Unidade de Coordenação do Projeto

- Alinhamento com equipe gestora do Projeto Floresta + que é a principal contrapartida do Projeto ASL Fase 2, para resgate de informações de execução retroativas;
- Promoção de debate para atualização da governança do Projeto ASL Brasil, uma vez que parte da estrutura de governança inicialmente proposta nunca foi implementada;

- Recomposição da equipe UCP com a contratação de um assistente técnico e um coordenador de gestão;
- Monitoramento da efetividade das UCs não apoiadas pelo ARPA presentes nos IMAs focais da Fase 2 do Projeto ASL Brasil.
- Aprimoramento das diretrizes temáticas estratégicas para elaboração do POA 3 da Fase 2
- Avanço nos debates de fortalecimento de governança de IMAs prioritários - Região da Amazônia Central, como apoio a modelo de governança também para outras regiões.

Comunicação integrada

Comunicação Interna

- Fortalecer fluxos de comunicação entre as Unidades Operacionais (UOs) e a coordenação da comunicação integrada (UCP e AEs).
- Ampliar o uso de ferramentas como o boletim interno para disseminação de boas práticas e resultados.

Comunicação Institucional

- Expandir parcerias estratégicas com veículos de comunicação para maior visibilidade.
- Desenvolver **campanha de sensibilização e divulgação MSQ**, com criação de peças exclusivas e mensagens educativas que destaquem o papel da ouvidoria no acolhimento de sugestões e na resolução de queixas. **Análise de dados:** avaliação periódica das sugestões e queixas recebidas para identificar padrões e tendências. **Retorno ao público:** comunicando soluções/encaminhamentos dados e o impacto das contribuições recebidas.

Comunicação Externa

- Intensificar campanhas temáticas com foco em conservação e sustentabilidade.
- Ampliar a presença em eventos regionais e internacionais, como a COP30.
- Produzir vídeos e story maps que ilustrem os impactos do projeto.
- Desenvolver cadernos temáticos e materiais visuais com histórias de beneficiários.
- Realizar ações em processos educomunicativos junto a jovens dos territórios do ASL.
- Organizar o "ASL Brasil Day" na COP30, marcando a transição entre as fases do projeto.
- Estruturar a comunicação para a Semana da RBAC, destacando sua relevância regional.

Anexos

Anexo A: [Relatório L – Finanças Específicas do Fundo de Transição para os Doadores](#)

Anexo B: Tabelas da seção Desempenho Financeiro no Semestre (2024/02) completas

Anexo C: Sistematização de Indicadores ASL Brasil 2024-02

Anexo D: ANEXO_UCs_TT e FAUC 2024

Anexo E: Unidades de Conservação apoiadas pelo projeto (Componentes 2, 3 e 4 da Fase 1 e Fase 2) - Documento em construção para todo o histórico do Projeto ASL Brasil (apenas identificações complementares ao Programa ARPA)

Anexo F: Unidades de Conservação criadas entre 2017 e 2.2024

Anexo G: Quadro Resumo de Entregas da Comunicação Integrada